

**CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A. - CELPA**

CNPJ/MF nº 04.895.728/0001-80

NIRE 15.300.007.232

Companhia Aberta

Belém - PA, 13 de abril de 2011

Aos Srs. Acionistas da **CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A. - CELPA.**

**PROPOSTAS DA ADMINISTRAÇÃO**

A administração da Companhia vem submeter as seguintes propostas à apreciação de V.Sas., reunidos em Assembleia Geral Ordinária, conforme Edital de Convocação abaixo transcrito:

**“EDITAL DE CONVOCAÇÃO  
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**

Ficam convocados os senhores acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, que se realizará no dia 29 de abril de 2011, às 09:00 horas, na sede social, na Rodovia Augusto Montenegro, Km. 8,5, s/nº - Belém - PA, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

- a) Exame, discussão e aprovação do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2010;
- b) Aprovação da destinação do resultado relativo ao exercício de 2010;
- c) Eleição e fixação da remuneração dos membros do Conselho Fiscal; e
- d) Fixação da remuneração dos administradores para o exercício de 2011.

Os documentos pertinentes à ordem do dia encontram-se à disposição dos senhores acionistas na sede social da Companhia e no seu endereço eletrônico [www.celpa.com.br/investidores](http://www.celpa.com.br/investidores), bem como nas páginas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e da BM&Fbovespa – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros S.A. ([www.bmfbovespa.com.br](http://www.bmfbovespa.com.br)).

Os acionistas deverão apresentar, com no mínimo 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, além do documento de comprovação de sua identidade e/ou atos societários pertinentes que comprovem a representação legal, conforme o caso: (i) comprovante expedido pela instituição escrituradora no máximo 5 (cinco) dias antes da data da realização da Assembleia Geral; (ii) instrumento de mandato com reconhecimento da firma do outorgante. A representação por procuração deverá obedecer às determinações do § 1º do art. 126 da Lei nº 6.404/76; e (iii) extrato contendo a respectiva participação acionária emitido pela entidade administradora da custódia fungível de ações da Companhia.”

Para facilitar a consulta e manuseio, a administração da Companhia consolida, neste documento, todas as informações e documentos que devam ser disponibilizados a V.Sas., quais sejam:

<b>Nº</b>	<b>Informação e/ou Documento</b>
<b>1.</b>	Comentários dos Administradores
<b>2.</b>	Destinação dos Resultados
<b>3.</b>	Eleição de Membros do Conselho Fiscal
<b>4.</b>	Remuneração dos Administradores

## **CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A. - CELPA**

CNPJ/MF nº 04.895.728/0001-80

NIRE 15.300.007.232

Companhia Aberta

Belém - PA, 28 de março de 2011.

Aos Srs. Acionistas da **CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A. - CELPA.**

### **COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA**

(Nos termos do item 10 do Formulário de Referência,

Anexo 24 da Instrução CVM nº 480/2009).

(Valores expressos em milhares de reais)

#### **10.1 Os diretores devem comentar sobre:**

##### **a. Condições financeiras e patrimoniais gerais**

A Centrais Elétricas do Pará – CELPA (“CELPA ou Companhia”), com sede na cidade do Belém.

Todas as nossas operações são realizadas no Brasil, razão pela qual nossos resultados operacionais e situação financeira são diretamente afetados pelas condições econômicas gerais do país, em especial, pelas taxas de inflação, taxas de juros, políticas governamentais, flutuações do câmbio e políticas tributárias.

Desde o início do Plano Real, em 1993, o Brasil tem evoluído para um quadro de estabilidade econômica, o que faz com que os agentes econômicos tenham expectativas favoráveis para o futuro do País. A manutenção da estabilidade monetária tem sido acompanhada pelo crescimento gradual, porém sustentado, da economia.

Nos anos recentes, o crescimento do PIB teve como principais fatores determinantes o bom desempenho do setor exportador e o aumento da demanda interna. O PIB brasileiro teve um aumento de 5,1% em 2008, uma queda de 0,2% em 2009 e um crescimento de 7,5% em 2010. A taxa básica de juros em curto prazo (ajustada pelo BACEN em relação ao índice

SELIC) reduziu de 10,66% em 2008, considerando o último dia de cada ano, para 8,65% em 2009 e aumentou para 10,75% em 2010.

A Companhia opera na região Norte do Brasil e o crescimento econômico nessa região pode ser o fator de maior impacto na demanda por energia elétrica e nos resultados operacionais da Companhia.

A distribuição de energia elétrica na área de concessão da Companhia mostra uma forte correlação com o crescimento e desenvolvimento da economia no Estado do Pará, uma vez que a base de clientes é, em grande parte, composta por clientes residenciais cativos nesse Estado. O consumo de energia no Estado do Pará aumentou em média 6,3% ao ano, no período de 2007 a 2010, Em nossa área de concessão teve um aumento médio maior do que a média nacional de consumo elétrico, que foi de 3,6% no mesmo período. Além disso, a Companhia acredita que esse estado possui um significativo potencial para desenvolvimento econômico que, a seu ver, se traduzirá em um potencial de crescimento na demanda por energia elétrica.

Inclusive, o PAC, criado pelo Governo Federal, tem como objetivo a aceleração do crescimento econômico, o aumento do emprego e a melhoria das condições de vida da população brasileira, incluindo o Estado do Pará. O PAC consiste em um conjunto de medidas destinadas a incentivar o investimento privado, aumentar o investimento público em infra-estrutura e remover obstáculos burocráticos, administrativos, normativos, jurídicos e legislativos, ao crescimento. Por meio do PAC, estima-se um investimento total da ordem de R\$26,7 bilhões, no Estado do Pará, distribuídos nos setores de logística, energia, social e urbano.

As receitas da Companhia provêm do segmento de distribuição de energia elétrica. A receita consolidada é dividida da seguinte forma: (i) 82,5% no fornecimento de energia elétrica; (ii) 16,6% receita de construção; (iii) 0,4% suprimento de energia elétrica; e (vi) 0,6% outras receitas. Essa receita de construção é um dos efeitos da adoção do IFRS (*International Financial Report Standard*), Normas Internacionais de Contabilidade, pela companhia, a partir de 31 de dezembro de 2010 e não constitui efeito real sobre o resultado operacional da companhia, visto a sua exata contrapartida no custo de operação.

O atual capital de giro da Companhia é suficiente para as atuais exigências e os seus recursos de caixa, inclusive empréstimos de terceiros, são suficientes para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos.

A Diretoria entende que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para implementar seu plano de negócios e cumprir suas obrigações de curto e médio prazo.

**b. Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:**

O capital, totalmente integralizado, é de R\$ 518.932.104,09 (quinhentos e dezoito milhões, novecentos e trinta e dois mil, cento e quatro reais e nove centavos) representado por 63.850.934 (sessenta e três milhões, oitocentos e cinquenta mil, novecentas e trinta e quatro) ações escriturais, sem valor nominal, sendo: 59.397.496 (cinquenta e nove milhões, trezentos e noventa e sete mil, quatrocentas e noventa e seis) ações ordinárias e 4.453.438 (quatro milhões, quatrocentos e cinquenta e três mil, quatrocentas e trinta e oito) ações preferenciais, divididas em 2.166.816 (dois milhões, cento e sessenta e seis mil, oitocentas e dezesseis) preferenciais Classe “A”; 1.085.373 (um milhão, oitenta e cinco mil, trezentas e setenta e três) preferenciais Classe “B”; e 1.201.249 (um milhão, duzentos e um mil, duzentas e quarenta e nove) preferenciais Classe “C”.

A Companhia poderá, a qualquer tempo, por deliberação da Assembléia Geral e observadas as disposições legais e as do Estatuto:

- (a) criar novas classes de ações preferenciais ou aumentar o número de ações preferenciais de classe existente sem guardar proporção com as demais espécies e classes, sendo que as ações emitidas poderão ser resgatáveis ou não e ter ou não valor nominal, nos termos do artigo 11, parágrafo 1º, da Lei nº 6.404/76;
- (b) emitir debêntures, bônus de subscrição e quaisquer outros títulos, nas condições a serem fixadas pela Assembléia;
- (c) deliberar o resgate ou a amortização de ações ou de classes de ações, determinando as condições e o modo de proceder-se à operação.

Na proporção do número de ações que possuírem, os acionistas terão preferência na subscrição de novas ações, bem como na emissão de debêntures ou outros títulos conversíveis em ações e bônus de subscrição.

Sem prejuízo do disposto acima, os aumentos de capital decorrentes de conversão de debêntures em ações, cuja emissão tenha sido aprovada em Assembléia Geral, serão averbados pela Diretoria, mediante ata de reunião arquivada no Registro do Comércio, nos termos do parágrafo 1º do artigo 166 da Lei nº 6.404/76, e consolidados anualmente na mesma data da realização da Assembléia Geral Ordinária.

A Companhia poderá autorizar a instituição depositária das ações a cobrar do acionista os custos dos serviços de transferência da propriedade das ações escriturais e demais atos de registro e averbação, observadas as disposições legais aplicáveis e os limites máximos fixados pela Comissão de Valores Mobiliários.

A instituição depositária deverá realizar, no prazo de 15 (quinze) dias a contar do pedido do acionista, os atos de registro, averbação ou transferência de ações, e fornecerá aos acionistas extrato da conta de depósito das ações escriturais, na forma da lei.

Nos casos de reembolso de ações, previstos em lei, o valor de reembolso corresponderá ao valor do patrimônio líquido das ações, de acordo com o último balanço aprovado por assembleia Geral, segundo os critérios de avaliação do ativo e do passivo fixados na Lei das Sociedades por Ações e com os princípios contábeis geralmente aceitos.

Se a deliberação da Assembleia Geral ocorrer mais de 60 (sessenta) dias depois da data do último balanço aprovado, será facultado ao acionista dissidente pedir, juntamente com o reembolso, levantamento de balanço especial que atenda àquele prazo. Nesse caso, a companhia pagará imediatamente 80% (oitenta por cento) do valor do reembolso calculado com base no último balanço e, levantado balanço especial, pagará o saldo no prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da data da deliberação da Assembleia Geral.

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia apresentou a seguinte composição de capital: (i) 21,1% de capital próprio (ou seja, patrimônio líquido dividido pelo ativo total) e (ii) 78,9% de capital de terceiros (ou seja, a soma do passivo circulante com o passivo não circulante dividido pelo ativo total).

- **Hipóteses de Resgate**
- **Fórmula de Cálculo do Valor de Resgate**

Não há possibilidade de resgate de ações de emissão da Companhia além das legalmente previstas.

### **c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos**

Considerando o perfil de curto e médio prazo do endividamento da Companhia, esta pretende alongar o seu perfil para adequar a sua capacidade de pagamento do montante principal e juros de suas dívidas com recursos provenientes da sua geração operacional de caixa.

Observando o endividamento, o fluxo de caixa e a posição de liquidez, a Companhia acredita ter liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos, embora não possa garantir que tal situação permanecerá igual. Caso a Companhia entenda necessário contrair empréstimos para financiar seus investimentos, a mesma acredita ter capacidade para contratá-los atualmente.

(R\$ milhões)	2010	2009	2008
Empréstimos, financiamento e encargos	1.613,1	1.160,0	1.052,3
Total de Disponibilidade(1)	457,2	195,4	106,2
Dívida Líquida(2)	1.155,9	964,6	946,1

(1) Disponibilidades é a soma dos itens “numerário disponível” e “aplicações no mercado aberto”.

(2) Dívida líquida é a diminuição do item empréstimos, financiamentos e debêntures menos a disponibilidade.

**d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas**

Além da utilização em parte de sua geração própria de caixa, a principal fonte de financiamento para os projetos de investimento da Companhia é o BNDES e a Eletrobras, que usualmente oferece taxas de juros menores que o mercado privado, além de prazos de pagamento compatíveis com o tempo de retorno do projeto de investimento.

Caso o projeto de investimento não seja elegível para financiamento via BNDES, a Companhia normalmente recorre ao mercado de capitais (debêntures), agências multilaterais de fomento ou demais fontes do mercado bancário.

**e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez**

A Companhia recorrerá ao mercado financeiro contratando operações em seu benefício, caso a sua geração de caixa não seja suficiente para suprir a sua necessidade de capital de giro e investimentos.

**f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:**

O saldo dos empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia em 31 de dezembro de 2010 era de R\$ 1.613,1 milhões. Esse saldo, líquido do caixa e aplicações era de R\$ 1.155,9 milhões. Utilizando-se como parâmetro o índice “dívida financeira líquida dividida pela dívida financeira líquida mais patrimônio líquido”, o resultado em 31 de dezembro de 2010 foi de 56,5%.

R\$ milhões	Em 31 de Dezembro de		
	2010	2009	2008
<b>Divida financeira liquida</b>	1.155,9	964,6	946,1
<b>Patrimônio liquido</b>	891,7	992,4	1.066,7
<b>Índice de endividamento</b>	0,56	0,49	0,47

Definições:

Divida Financeira Liquida – significa empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos menos caixa e aplicações.

Patrimônio Liquido – significa a conta patrimônio liquido do passivo.

Índice de endividamento – significa a divida financeira liquida dividida pela divida financeira liquida mais patrimônio liquido.

$$\text{Índice de endividamento} = \frac{\text{Divida Financeira Liquida}}{(\text{Divida Financeira Liquida} + \text{Patrimônio Liquido})}$$

**i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes**

**ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras**

O saldo da conta empréstimos e financiamentos passou de R\$ 1.160,0 milhões em 2009 para R\$ 1.613,1 milhões em 2010, representando um aumento de 39,1% (R\$ 453,1 milhões). Considerando-se a dívida menos as disponibilidades (dívida líquida), o saldo passou de R\$ 964,6 milhões em 2009 para R\$ 1.155,9 milhões em 2010, representando um aumento de apenas 19,8% (R\$ 191,3 milhões) em função de um maior desembolso de financiamento do programa Luz para Todos.

O endividamento em moeda nacional representa 86,9% (ou R\$ 1.402,5 milhões) do saldo total, enquanto as dívidas em moeda estrangeira representam 13,1% (R\$ 210,6 milhões). Vale acrescentar que, do total da dívida em moeda estrangeira, 63,1% (R\$ 132,9 milhões) estão protegidos contra as oscilações da variação cambial por meio de swap.

A tabela abaixo descreve a evolução do endividamento total consolidado em aberto da Companhia nos períodos em referência:



	Em 31 de dezembro de		
Dívidas (R\$ milhões)	2010	2009	2008
Curto Prazo			
Moeda Estrangeira	67,7	76,5	94,0
Moeda Nacional	520,9	348,2	274,9
Longo Prazo			
Moeda Estrangeira	142,9	217,4	388,0
Moeda Nacional	881,6	517,9	295,4
<b>Total Geral</b>	<b>1.613,1</b>	<b>1.160,0</b>	<b>1.052,3</b>

*Financiamentos Relevantes e outras relações de longo prazo com instituições financeiras*

Ao longo de 2008, 2009 e 2010, foram contraídas algumas dívidas, entre as principais estão:

**BNDES:** em dezembro/2009 foi firmado contrato com a finalidade de financiamento de obras de Distribuição e Transmissão em sua área de concessão no valor de R\$ 449.277, ao custo máximo de 3,57% a.a. acima da variação da TJLP vencendo a primeira parcela de amortização em janeiro/2012 e a última em dezembro/2019. Até dezembro/2010 foram liberados R\$ 240.385. Este empréstimo possui garantia real por meio de recebíveis.

**Eletrobrás:** recursos destinados a investimentos no ativo imobilizado, para expansão do Programa Nacional Luz no Campo. O empréstimo é datado de 29/2/2000, a data de vencimento da última parcela ocorrerá em agosto/2014, conforme aditivo contratual, a forma de amortização é mensal, e a taxa de juros é de 5% a.a.. Este empréstimo possui garantia real por meio de recebíveis.

**Eletrobrás:** empréstimos tomados para a implementação do Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica “Luz para Todos”, instituído pelo Decreto nº 4.873, de 11/11/2003, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia e operacionalizado pela ELETROBRÁS, com recursos originários da Reserva Global de Reversão - RGR. A amortização dos contratos será em 120 parcelas mensais e sucessivas, com carência de 24 meses, vencendo a última parcela em maio/2022, com encargos de 6% a.a..

**Eletrobrás:** Em 2010 foi celebrado o contrato ECF-2812/2010 com carência de 36 meses e vencimento da última parcela em junho/2023 com encargos de 7,0% a.a., cujo objetivo é financiar os custos do Projeto de Obras do Sistema de Transmissão da Concessionária.

**FNO:** em dezembro de 2008 e agosto/2009 foram firmados contratos para financiamento de obras com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, através do Banco da Amazônia no valor total de R\$ 118.067, ao custo de 8,5% a.a; com prazo máximo de 180 meses, sendo 38 meses de carência e 142 para amortização do principal, vencendo a última parcela em janeiro/2024. Até dezembro/2010 foram liberados R\$ 62.638.

**FDE:** em dezembro de 2003 e março/2004 foram firmados contratos para financiamento de obras com recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico do Estado do Pará – FDE, através do Banco do Estado do Pará no valor total de R\$ 2.627, ao custo de 5,0% a.a. acima da TLJP; com prazo máximo de 120 meses, sendo 36 meses de carência e 84 para amortização do principal, vencendo a última parcela em março/2014.

**Tesouro nacional:** Banco do Brasil S.A. - reestruturação de dívida externa, contrato inicial assinado em 31/12/1997, com taxas de juros que variam de 4,3% a 11% a.a., mais taxa Libor semestral acrescida da variação cambial, com amortização semestral, e vencimento da última parcela em abril/2024, com garantias de aval do Governo do Estado, receita própria e caução de parte da dívida.

**Arrendamento mercantil:** contratos de arrendamento mercantil em moeda nacional, com taxas pré-fixadas ou indexadas ao CDI, amortização mensal e vencimento da última parcela em dezembro/2013.

- Operações indexadas a CDI com taxa média ponderada de 3,10% a.a.
- Operações pré-fixadas com taxa média ponderada de 14,24% a.a.

A dívida total dos arrendamentos mercantis em 31/12/2010 é de R\$ 10.832 e seu valor corresponde ao valor presente nesta data.

**Capital de giro:** As operações de capital de giro são indexadas a CDI e IPCA e pré-fixadas, com amortização mensal, e vencimento da última parcela em outubro/2015.

- Operações indexadas a CDI com taxa média ponderada de 5,35% a.a.
- Operações indexadas a IPCA com taxa média ponderada de 11,00% a.a.
- Operações pré-fixadas com taxa média ponderada de 19,23% a.a.

**Empréstimo Unit Note:** em fevereiro/2006, a Companhia efetuou a emissão de US\$ 50.000 relativos a “Unit Note”, com prazo total para liquidação de 6 anos, sendo 3 anos de carência e 3 anos para amortização do principal e com taxa de juros nominal de 9,5% a.a.. A operação tem uma taxa efetiva de juros de 10,06% a.a, essa taxa contempla os custos de transação que são apropriados

ao resultado mensalmente, conforme a Deliberação CVM nº. 556/08. Durante o 3º trimestre de 2010 foram amortizados R\$ 48 milhões referente a custos de transação. Os custos de transação a serem amortizados são R\$ 48 milhões (2010), R\$ 169 milhões (2011), R\$ 20 milhões (2012). O montante do principal dessa operação foi protegido contra as oscilações da variação cambial, por meio de instrumentos derivativos. Em 9/8/2007, a Companhia antecipou pagamentos no montante de US\$ 31,9 milhões, correspondentes a R\$ 61,2 milhões.

**Empréstimo - BID:** em junho/2006, a Companhia assinou contrato de US\$ 135.000 provenientes de empréstimos aprovados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), sendo US\$ 75.000 provenientes de recursos próprios do BID (denominados como “A Loan” ou parte “A”); e US\$ 60.000 de um sindicato de bancos (clubdeal) composto pelo Banco Soci t  G n rale e Banco Ita  Europa, ou parte “B”. A parte “A” do financiamento ter  o prazo total de 9 (nove) anos para liquida o, sendo 3 (tr s) anos de car ncia e mais 6 (seis) para amortiza o do principal. A parte “B” ter  o prazo total de 6 (seis) anos para liquida o, sendo 3 (tr s) anos de car ncia e mais 3 (tr s) anos para amortiza o. As amortiza es ser o pagas trimestralmente e durante o per odo de car ncia ocorrer o pagamentos trimestrais dos encargos. O custo da parte A   de Libor acrescida de spread de 3,87% a.a. e a parte B de Libor acrescida de spread de 3,5% a.a.. O principal referente a primeira libera o da opera o foi protegido contra as oscila es da varia o cambial por meio de instrumentos derivativos Este empr stimo possui garantia real por meio de recebiveis.

### **iii. Grau de Subordina o entre as d vidas**

O saldo do endividamento financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2010 era de R\$ 1.613,1 milh es, assim segmentados: (i) R\$577,2 milh es ou 35,8% de garantias reais por meio de recebiveis; (ii) R\$ 219,7 milh es ou 13,6% estavam garantidos por aval dos Acionistas Controladores, Rede Energia S.A. e QMRA Participa es S.A.; (iii) R\$545,3 milh es ou 33,8% de garantias reais por meio de recebiveis e por aval dos Acionistas Controladores, Rede Energia S.A. (“Rede”) e QMRA Participa es S.A. (“QMRA”); e (iv) R\$ 270,4 milh es ou 16,8% de garantias quirograf rias, ou seja, livres de garantias. O grau de subordina o das d vidas, em rela o  s suas garantias, ser  sempre real, flutuante e quirograf ria, excetuando-se outras legalmente previstas.

### **iv. Eventuais restri es impostas ao emissor, em especial, em rela o a limites de endividamento e contrata o de novas d vidas,   distribui o de dividendos,   aliena o de ativos,   emiss o de novos valores mobili rios e   aliena o de controle societ rio.**

A Companhia utiliza diversos instrumentos financeiros, que exigem, dentre outras, obriga es de manuten o de  ndices financeiros espec ficos e/ou o cumprimento de diversas obriga es de fazer ou n o fazer restritivas  s suas opera es. Destacam-se:

## BID

Estes empréstimos são garantidos de forma independente um do outro com contas a receber da Companhia, bem como os pagamentos de vencimentos previstos em seus contratos de concessão. Cada empréstimo do BID é garantido pela Rede Energia e exige que os Acionistas Controladores da Companhia, inclusive a Rede, celebraram um contrato de retenção de ações para acordar que não haverá troca de controle em relação à Companhia e que a garantia do BID de receber o pagamento de vencimento previstos no respectivo contrato de concessão permanecerá válidos e com efeito. A Companhia está sujeitas a cumprir cláusulas contratuais destes empréstimos, inclusive de atendimento de compromissos financeiros (tais como, índice de endividamento (max. 3,50), capital de terceiros (max. 0,60), de dívida em relação ao EBITDA<sup>1</sup> (max. 1,00), de dívida a curto prazo em relação ao EBITDA (max. 0,75) e de despesas com pagamentos de juros (min. 2,00)), bem como restrições de investimentos, ônus, fusões e consolidações, venda de ativos e operações com partes relacionadas, e ainda, políticas ambientais, de saúde, de segurança, de trabalho e de responsabilidade social do BID.

Em relação aos empréstimos do BID, a Rede e a QMRA concordaram em não onerar, trocar, ceder como forma de pagamento, vender ou transferir ações ordinárias de emissão da Companhia e da QMRA, de titularidade da Companhia, que poderiam causar a perda de posição, diretamente ou indiretamente por meio da QMRA, de detentor da maioria das ações ordinárias de emissão da Companhia em circulação.

## BNDES

Manter os seguintes índices financeiros máximos, com periodicidade de apuração anual:

<b>Indicador</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013 em diante</b>
<b>Dívida Líquida / LAJIDA</b>	4,0	4,0	3,0	3,0	2,5
<b>Dívida Líquida / (Dívida Líq.+PL)</b>	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7

Por fim, os financiamentos acima contratados têm por objetivo financiamento dos planos de investimentos da Companhia e reforço de capital de giro.

---

<sup>1</sup> O EBITDA representa o lucro (prejuízo) líquido excluindo-se os efeitos de resultado em participações societárias, resultado financeiro, resultado não operacional, imposto de renda, contribuição social, crédito fiscal diferido, participação dos minoritários, depreciação e amortização. O EBITDA não é uma medida sob as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou dos Estados Unidos e não deverá ser considerado como alternativa ao lucro líquido como indicador do resultado operacional nem como alternativa ao caixa operacional como indicador de liquidez. O EBITDA por nós calculado pode não ser comparável ao EBITDA utilizado por outras companhias.

#### **g. limites de utilização dos financiamentos já contratados**

Em novembro de 2009, a CELPA e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”) assinaram Contrato de Financiamento no valor de R\$ 449,3 milhões, destinados ao “Plano de Melhorias” da CELPA. Esse programa prevê a ampliação, modernização e expansão das redes de distribuição, subtransmissão, serviços de telecomunicação e redução das perdas técnicas e não técnicas. Até 31 de dezembro de 2010 foram liberados R\$ 240,4 milhões. Deste modo, a Companhia possui o limite de R\$ 208,9 milhões para ser desembolsado.

#### **h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras**

##### **Resultados Operacionais**

##### **Análise dos Resultados do Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2010 comparados com o Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2009**

###### *Receita Operacional Bruta*

A receita operacional bruta apresentou um crescimento de 28,8%, passando de R\$ 2.292,1 milhões em 2009 para R\$ 2.952,1 em 2010. Esse aumento foi decorrente do crescimento do mercado de venda de energia elétrica em 10,3%, da variação de 10,8% na tarifa média de fornecimento de energia elétrica ao consumidor final e aumento de 181,2% na receita de construção, que passou de R\$ 173,8 milhões em 2009 para R\$ 488,8 milhões em 2008. Vale acrescentar que essa receita é parte dos efeitos da adoção do IFRS (*International Financial Report Standard*), Normas Internacionais de Contabilidade, pela companhia, a partir de 31 de dezembro de 2010, e não constitui efeito real sobre o aumento da receita, uma vez que esses mesmos valores (tanto para 2009 quanto para 2010) aparecem no custo de operação, resultando em efeito zero no EBITDA. Retirando-se portanto os efeitos da receita de construção, o aumento da receita bruta seria de 16,3%, passando de R\$ 2.118,5 milhões em 2009 para R\$ 2.463,3 milhões em 2010.

###### *Custo do Serviço*

O custo do serviço de energia elétrica, composto de compra de energia e encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição, atingiu R\$ 852,8 milhões em 2010, portanto, 15,2% acima dos R\$ 740,3 milhões verificado em 2009. Esse crescimento foi consequência da combinação dos seguintes fatores: i. aumento de 3,8% na energia comprada para atendimento ao aumento da demanda (8.463 GWh em 2009 e 8.784 GWh em 2010); ii. aumento de 12,7% no preço médio para compra de energia; e iii. aumento de 3,5% nos custos dos encargos de uso do sistema.

### *Custo e Despesas da Operação*

Nesse mesmo período, o custo de operação atingiu R\$ 840,0 milhões em 2010, representando um aumento de 82,8% em relação aos R\$ 459,4 milhões de 2009. No entanto, para uma correta análise, o custo de construção deve ser excluído desses totais, uma vez que existem as respectivas contrapartidas (em 2009 e 2010) contabilizadas como receita. Assim, retirando-se esses efeitos, o custo de operação passou de R\$ 285,6 milhões em 2009 para R\$ 351,2 milhões em 2010, representando um aumento de 23,0%, influenciado principalmente pelo aumento de R\$ 54,7 milhões no custo de matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica. Já as despesas operacionais, compostas de despesas com vendas, gerais e administrativas, aumentaram apenas 0,9%, passando de R\$ 214,0 milhões em 2009 para R\$ 216,1 milhões em 2010.

### *EBITDA*

O EBITDA da companhia, que compreende o resultado do serviço acrescido da amortização, depreciação e perdas na alienação e desativação de bens e direitos, passou de R\$ 284,4 milhões em 2009 para R\$ 328,4 milhões em 2010, representando um aumento de 15,5%. Esse resultado foi influenciado principalmente pelo aumento da receita operacional líquida, já deduzida dos efeitos da receita de construção (que não influencia no EBITDA), , indicando que os custos e despesas operacionais cresceram na mesma proporção da receita.

### *Resultado Financeiro*

O resultado financeiro passou de uma despesa de R\$ 84,3 milhões em 2009 para uma despesa de R\$ 328,8 milhões em 2010, representando um aumento de R\$ 244,5 milhões de um período para o outro. As duas rubricas que mais influenciaram esse aumento foram:

- Variação monetária líquida (receita menos despesa) que passou de um resultado positivo (receita) de R\$ 94,2 milhões em 2009 para um resultado negativo (despesa) de R\$ 20,9 milhões em 2010, representando uma variação de R\$ 115,1 milhões, o principal fator impactante deste resultado foi o aumento do endividamento financeiro em 39,1% (R\$ 453,1 milhões).
- Redução de encargos financeiros oriundos dos parcelamentos de impostos, Lei 11.941/2009. Em 2009, foi registrado uma receita não recorrente de R\$ 134,6 milhões, devido ao benefício fiscal decorrente de parcelamento de tributos.

### **Resultado Líquido**

Como consequência dos itens analisados acima, o resultado líquido do exercício em 2010 foi de um prejuízo de R\$ 100,7 milhões em relação ao lucro de R\$ 88,1 milhões em 2009.

## **Análise dos Resultados do Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2009 comparados com o Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2008**

### *Receita Operacional Bruta*

A receita operacional bruta apresentou um crescimento de 11,7%, passando de R\$1.897,4 milhões, em 31 de dezembro de 2008, para R\$2.120,3 milhões em 31 de dezembro de 2009, decorrente do crescimento do mercado de venda de energia elétrica equivalente a 1,1% e da variação de 10,8% na tarifa média de fornecimento de energia elétrica ao consumidor final.

### *Custo do Serviço*

O custo do serviço de energia elétrica, composto de compra de energia e encargos de uso do sistema de transmissão, atingiu R\$744,3 milhões e, portanto, 27,3% acima do verificado em 31 de dezembro de 2008. Esse crescimento foi consequência da combinação dos seguintes fatores: compra de energia “nova”, por meio de leilão, a custos maiores que os praticados em 2008, e aquisição de uma quantidade maior de energia (em MWh) para atendimento do crescimento da demanda.

### *Custo da Operação*

O custo da operação atingiu R\$285,6 milhões em 2009, representando uma redução de 30,4% em relação aos R\$410,3 milhões de 2008. As rubricas que exerceram maior influência sobre essa redução foram: 1. Material, que reduziu de R\$11,4 milhões em 2008 para R\$8,5 milhões em 2009; 2. Matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica, que reduziram de R\$206,8 milhões em 2008 para R\$193,5 milhões em 2009; e 3. Subvenção CCC (receita), que aumentou de R\$207,6 milhões em 2008 para R\$245,5 milhões em 2009.

### *Despesas Operacionais*

As despesas operacionais aumentaram 25,4%, passando de R\$160,3 milhões em 2008 para R\$201,0 milhões em 2009. O item que mais influenciou esse aumento foi a rubrica despesas gerais e administrativa: em 2009 essas despesas totalizaram R\$106,7 milhões e em 2008 totalizaram R\$81,2 milhões.

### *EBITDA*

O EBITDA da companhia, que compreende o resultado do serviço acrescido da amortização e depreciação das demonstrações de fluxos de caixa, passou de R\$214,5 milhões em 2008 para R\$295,2 milhões em 2009, representando um aumento de 37,6%. Esse resultado foi influenciado, principalmente, pelo aumento da receita operacional líquida e redução do custo da operação.

### *Resultado Líquido*

O resultado líquido do exercício passou de um prejuízo de R\$3,9 milhões em 2008 para um lucro de R\$121,7 milhões em 2009, influenciado pela melhora do resultado operacional e resultado financeiro, que passou de uma despesa de R\$103,8 milhões em 2008 para uma despesa de R\$79,0 milhões em 2009 e pelo efeito do imposto de renda e contribuição social sobre lucro líquido – CSLL que passaram de uma despesa de R\$7,7 milhões em 2008 para uma receita de R\$34,6 milhões em 2009, resultante da constituição de imposto de renda diferido sobre prejuízo fiscal e realização da reserva de reavaliação.

### **Principais Alterações nas Contas Patrimoniais**

#### **Contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2010 comparado com 31 de dezembro de 2009**

##### *Ativo Circulante*

###### *Caixa e Equivalentes de Caixa*

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo em caixa e equivalentes em caixa totalizam R\$457,2 milhões, comparados a R\$195,4 milhões, em 31 de dezembro de 2009. Tal aumento de 134,0% (R\$261,8 milhões) é devido principalmente a entrada de recursos provenientes do Fundo FI-FGTS – capitalização na holding Empresa de Energia Elétrica Vale Paranapanema S.A. –, captação de recursos juntos ao BNDES para investimentos no Plano de Melhorias da companhia, e recursos da Eletrobrás para investimentos no Programa Luz Para Todos.

###### *Consumidores*

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo da conta consumidores foi de R\$712,1 milhões, comparados com R\$520,4 milhões, em 31 de dezembro de 2009. Tal aumento de 36,8% (R\$191,7 milhões) ocorreu principalmente em virtude do aumento do faturamento, e aumento da inadimplência devido a questões sociais e econômicas do Estado do Pará.

###### *Perda no valor recuperável*

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo da perda no valor recuperável era de R\$104,4 milhões, comparados com R\$89,0 milhões, em 31 de dezembro de 2009, apresentando um aumento de 17,2% (R\$15,4 milhões), principalmente em virtude do aumento de R\$11,4 milhões na classe residencial, aumento de R\$9,6 milhões na classe industrial, e diminuição de R\$3,9 milhões na classe comercial.

###### *Impostos e Contribuições Sociais a Compensar*

Em 31 de dezembro de 2010, o montante de impostos e contribuições sociais a compensar correspondiam a R\$61,8 milhões, comparado aos R\$83,1 milhões de 31 de dezembro de



2009. Tal redução de 25,6% (R\$21,3 milhões) ocorreu principalmente devido a: (i) redução de R\$12,5 milhões referentes ao PAEX (a companhia pleiteou uma revisão de valores incluídos no parcelamento de tributos, instituído pela Lei 11.941/09, a fim de excluir débitos consolidados em duplicidades. A decisão foi favorável e, portanto, o montante de R\$12,5 milhões foi retirado do ativo e também da sua contrapartida no passivo); e (ii) redução de R\$11,5 milhões, referentes ao saldo negativo de imposto de renda e contribuição social, que foram utilizados como crédito tributário.

#### *Aquisição de Combustível – Conta CCC*

Em 31 de dezembro de 2010 e em 31 de dezembro de 2009, a conta CCC da companhia era de R\$67,9 milhões e R\$72,5 milhões, respectivamente, representando uma redução de 6,3% (R\$4,6 milhões). Os valores registrados nessa conta não são gerenciáveis pela companhia e estão atrelados à compra de combustível para alimentação das usinas térmicas, que são despachadas de acordo com a demanda.

#### ***Ativo Realizável a Longo Prazo***

##### *Consumidores*

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo da conta consumidores era de R\$26,7 milhões, comparados aos R\$33,8 milhões em 31 de dezembro de 2009, o que representa uma redução de 21,1% (R\$7,1 milhões), basicamente pela transferência de saldos para o curto prazo.

##### *Empresas Relacionadas*

Em 31 de dezembro de 2010, o realizável a longo prazo da companhia contabilizou R\$108,1 milhões, comparados aos R\$622,3 milhões em 31 de dezembro de 2009. Tal redução de 82,6% (R\$514,2 milhões) foi devido ao recebimento de R\$406,9 milhões de sua controladora QMRA Participações S.A. e recebimento de R\$112,1 milhões da holding Rede Energia S.A.. Essa amortização foi realizada com recursos provenientes do Fundo FIFGTS.

##### *Impostos e Contribuições Sociais Diferidos*

Em 31 de dezembro de 2010, os créditos tributários diferidos da companhia totalizaram R\$89,8 milhões, comparados aos R\$110,1 milhões em 31 de dezembro de 2009. Tal diminuição de 18,5% (R\$20,3 milhões) é decorrente basicamente da utilização de créditos de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL para a quitação de juros e multas autorizado pelo parcelamento de tributos instituído pela Lei 11.941/09.

##### *Ativo Intangível e Ativo Financeiro dos Contratos de Concessão*

O total dos ativos intangíveis e financeiros em 2010 foi de R\$2.329,0 milhões, o que representa um aumento de 8,3% (R\$179,1 milhões) em relação aos R\$2.149,9 milhões de

2009, principalmente devido à variação de R\$95,8 milhões no ativo financeiro, que é a parcela indenizável ao final da concessão

### ***Passivo Circulante***

#### *Fornecedores*

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo da conta de fornecedores era de R\$242,5 milhões, comparados aos R\$219,3 milhões em 31 de dezembro de 2009, representando um aumento de 10,6% (R\$23,2 milhões), devido basicamente ao aumento do suprimento de energia elétrica e respectivos encargos para atendimento aos consumidores.

#### *Impostos, Contribuições Sociais e Parcelamentos*

Os impostos, contribuições sociais e parcelamentos da companhia totalizaram R\$211,3 milhões em 31 de dezembro de 2010 e R\$178,3 milhões em 31 de dezembro de 2009, representando um aumento de 18,5% (R\$33,0 milhões). Esse incremento foi devido ao aumento dos impostos correntes em R\$15,2 milhões, basicamente em razão do do faturamento, e aumento nos parcelamentos de impostos em R\$17,8 milhões.

#### *Empréstimos, Financiamentos e Encargos*

Os empréstimos, financiamentos e encargos da companhia totalizaram R\$588,7 milhões em 31 de dezembro de 2010 e R\$424,7 milhões, representando um aumento de 38,6% (R\$164,0), principalmente devido ao aumento de R\$8,9 milhões no saldo com a Eletrobrás (LPT e Universalização) e aumento de R\$161,6 milhões no capital de giro.

#### *Indenização Trabalhista*

Em 31 de dezembro de 2010, as provisões para indenizações trabalhistas da companhia referentes a acordos judiciais em ações trabalhistas relacionadas a valores cobrados por conta do Plano Bresser e do Planos de Classificação de Cargos e Salários - PCCS totalizaram R\$78,1 milhões, comparado aos R\$76,6 milhões em 31 de dezembro de 2009, representando um aumento de R\$1,5 milhão devido a transferência de saldo do longo para o curto prazo.

### ***Passivo Exigível a Longo Prazo***

#### *Tributos, Contribuições Sociais e Parcelamentos*

Os tributos, contribuições sociais e parcelamentos a recolher a longo prazo da Companhia totalizaram R\$315,5 milhões em 31 de dezembro de 2009. Tal redução foi de R\$107,4 milhões, em relação aos R\$422,9 milhões de 31 de dezembro de 2008. Essa diminuição, de 25,4%, é decorrente de dois fatores: (i) a redução de encargos financeiros instituído pela Lei 11.941/09, e (ii) a amortização de encargos por compensações de multas e juros em virtude do parcelamento de tributos instituído pela referida lei.

### *Empréstimos, Financiamentos e Encargos*

Os empréstimos, financiamentos e encargos de longo prazo da companhia totalizaram R\$1.024,4 milhões em 31 de dezembro de 2010. Houve um aumento de R\$289,1 milhões em comparação aos R\$735,3 milhões apresentados em 31 de dezembro de 2009. Tal aumento de 39,3%, refletiu principalmente: (i) incremento de R\$140,4 milhões no saldo com o BNDES, para investimentos; (ii) aumento de R\$99,4 milhões no saldo da Eletrobrás (IRD, LPT, Universalização); (iii) aumento de R\$94,1 milhões no capital de giro; e (iv) redução de R\$58,9 milhões no saldo do BID, devido a amortização do principal e variação cambial (ganho do real frente ao dólar).

### *Empresas Relacionadas*

Em 31 de dezembro de 2010, o exigível a longo prazo da companhia totalizou R\$136,4 milhões, comparados aos R\$94,3 milhões em 31 de dezembro de 2009. Tal aumento de 44,7% (R\$42,1 milhões) decorreu principalmente da apropriação de juros no exercício e empréstimos perante as coligadas Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins, Companhia Nacional de Energia Elétrica e Companhia Força e Luz do Oeste que, juntas, somaram R\$58,3 milhões, compensado pelo recebimento de R\$18,5 milhões da coligada Centrais Elétricas Matogrossenses S.A.

### *Indenização Trabalhista*

Em 31 de dezembro de 2010, as provisões para indenizações trabalhistas da Companhia referentes a acordos em ações trabalhistas relacionadas ao Plano Bresser e ao PCCS, citadas anteriormente, totalizaram R\$98,0 milhões, comparados aos R\$157,3 milhões de 31 de dezembro de 2009. Tal diminuição de 37,7% (R\$59,3 milhões) ocorreu devido às transferências de parcelas para o curto prazo a serem pagas nos próximos 12 meses com vencimento.

### *Encargos Tributários Sobre Reserva de Reavaliação*

Os encargos tributários sobre reserva de reavaliação a recolher em longo prazo da companhia totalizaram R\$197,4 milhões em 31 de dezembro de 2010, representando um decréscimo 8,1% (R\$17,4 milhões), em relação aos R\$214,8 milhões em 31 de dezembro de 2009. Essa diminuição foi devido à realização da reserva de reavaliação, conforme determina a legislação brasileira.

### *Patrimônio Líquido*

Em 31 de dezembro de 2010, o patrimônio líquido foi de R\$891,7 milhões, comparados aos R\$992,4 milhões em 31 de dezembro de 2009. Tal redução de 10,2% (R\$100,7 milhões) foi principalmente devido a redução da reserva de reavaliação em R\$33,8 milhões, redução das reservas de capital e lucro em R\$51,3 milhões, e prejuízo acumulado de R\$15,7 milhões.

## **Contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2009 comparado com 31 de dezembro de 2008**

### *Ativo Circulante*

#### *Numerário Disponível e Aplicações no Mercado Aberto*

Em 31 de dezembro de 2009, o numerário disponível e aplicações no mercado aberto totalizam R\$195,4 milhões, comparados a R\$106,2 milhões, em 31 de dezembro de 2008. Tal aumento, de R\$89,2 milhões, ou 83,9%, ocorreu, principalmente, em decorrência do recebimento dos fundos para investimento no “Programa Luz para Todos” e do desembolso do BNDES que ocorreu dezembro.

#### *Consumidores*

Em 31 de dezembro de 2009, o saldo da conta consumidores é de R\$541,9 milhões, comparados com R\$450,6 milhões, em 31 de dezembro de 2008. Tal aumento de R\$90,3 milhões, ou 20,0%, ocorreu principalmente, em virtude de questões sociais e econômicas do Estado do Pará.

#### *Provisão Para Crédito de Liquidações Duvidosas - PCLD*

Em 31 de dezembro de 2009, o saldo da PCLD é de R\$49,4 milhões, comparados com R\$44,1 milhões, em 31 de dezembro de 2008, apresentando um aumento de R\$5,3 milhões, ou 12,1%, principalmente em virtude de questões sociais e econômicas do Estado do Pará.

#### *Tributos e Contribuições Sociais a Compensar*

Em 31 de dezembro de 2009, o montante de tributos e contribuições sociais a compensar correspondem a R\$83,1 milhões, comparado a R\$40,2 milhões de 31 de dezembro de 2008. Tal aumento de R\$42,9 milhões, ou 106,8%, ocorreu em decorrência da antecipação referente ao imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL no exercício de 2009, que ainda não foram compensados, e do pedido de revisão de valores incluídos no parcelamento de tributos, instituído pela Lei 11.941/09, PAEX, pleiteando a exclusão de débitos consolidados em duplicidades.

#### *Aquisição de Combustível – Conta CCC*

Em 31 de dezembro de 2009 e em 31 de dezembro de 2008, a conta CCC da Companhia era de R\$72,5 milhões e R\$3,1 milhões, respectivamente. Esse aumento de R\$69,4 milhões, ou 2.247,8%, ocorreu em decorrência de um descasamento entre o desembolso dos gastos com o reembolso por parte da Eletrobrás.

## ***Ativo Realizável a Longo Prazo***

### *Consumidores*

Em 31 de dezembro de 2009, o saldo da conta consumidores é de R\$32,9 milhões, comparados aos R\$27,1 milhões, em 31 de dezembro de 2008. Tal aumento, de R\$5,8 milhões, ou 21,6%, ocorreu em virtude de uma melhor negociação juntos aos clientes inadimplentes.

### *Empresas Relacionadas*

Em 31 de dezembro de 2009, o realizável a longo prazo da Companhia contabilizava R\$622,3 milhões, referentes a empresas relacionadas, comparados aos R\$589,8 milhões, em 31 de dezembro de 2008. Tal aumento, de R\$32,5 milhões, ou 5,5%, ocorreu pela apropriação de juros no exercício.

### *Créditos Tributários Diferidos*

Em 31 de dezembro de 2009, os créditos tributários diferidos da Companhia totalizaram R\$37,4 milhões, comparados aos R\$138,0 milhões, em 31 de dezembro de 2008. Tal diminuição, de R\$100,6 milhões, ou 72,9%, é decorrente basicamente da utilização de créditos de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL para a quitação de juros e multas autorizado pelo parcelamento de tributos instituído pela Lei 11.941/09.

### *Ativo Intangível e Ativo Financeiro dos Contratos de Concessão*

O total dos ativos intangíveis e financeiros em 2009 foi de R\$2.149,9 milhões, o que representa um aumento de 6,5% (R\$131,9 milhões) em relação aos R\$2.018 milhões de 2008, principalmente devido à variação de R\$39,8 milhões no ativo financeiro, que é a parcela indenizável ao final da concessão.

## ***Passivo Circulante***

### *Fornecedores*

Em 31 de dezembro de 2009, o saldo da conta de fornecedores era de R\$219,4 milhões, comparados aos R\$106,0 milhões, em 31 de dezembro de 2008, representando um aumento de R\$113,4 milhões, ou 107,0%, devido ao aumento de suprimento de energia elétrica e respectivos encargos para atendimento aos consumidores.

### *Tributos, Contribuições Sociais e Parcelamentos*

Os tributos da Companhia, contribuições sociais e parcelamentos a recolher totalizaram R\$178,3 milhões, em 31 de dezembro de 2009, um aumento de R\$32,1 milhões em relação aos R\$146,1 milhões de 31 de dezembro de 2008. Esse aumento, de 22,0%, ocorreu principalmente devido ao aumento dos impostos correntes em razão do aumento da receita.

### *Empréstimos, Financiamentos e Debêntures*

Os empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia totalizaram R\$424,7 milhões, em 31 de dezembro de 2009, um crescimento de R\$55,7 milhões em comparação aos R\$367,0 milhões apresentados em 31 de dezembro de 2008. Tal aumento, de 15,1%, ocorreu por dois fatores: (i) a migração dos vencimentos de longo para o curto prazo, e (ii) os encargos sobre as parcelas de curto prazo.

### *Indenização Trabalhista*

Em 31 de dezembro de 2009, as provisões para indenizações trabalhistas da Companhia referentes a acordos judiciais em ações trabalhistas relacionadas a valores cobrados por conta do Plano Bresser e do Plano de Classificação de Cargos e Salários - PCCS totalizavam R\$76,6 milhões, comparado a R\$89,6 milhões em 31 de dezembro de 2008. Tal redução, de R\$13,0 milhões, ou 12,9%, ocorreu devido às amortizações realizadas e pela marcação a mercado nesse exercício.

### ***Passivo Exigível a Longo Prazo***

#### *Tributos, Contribuições Sociais e Parcelamentos*

Os tributos, contribuições sociais e parcelamentos a recolher a longo prazo da Companhia totalizaram R\$315,5 milhões em 31 de dezembro de 2009. Tal redução foi de R\$107,4 milhões, em relação aos R\$422,9 milhões de 31 de dezembro de 2008. Essa diminuição, de 25,4%, é decorrente de dois fatores: (i) a redução de encargos financeiros instituído pela Lei 11.941/09, e (ii) a amortização de encargos por compensações de multas e juros em virtude do parcelamento de tributos instituído pela referida lei.

### *Empréstimos, Financiamentos e Debêntures*

Os empréstimos, financiamentos e debêntures de longo prazo da Companhia totalizaram R\$735,3 milhões em 31 de dezembro de 2009. Houve um aumento de R\$52,0 milhões em comparação aos R\$683,4 milhões apresentados em 31 de dezembro de 2008. Tal aumento, de 7,6%, refletiu principalmente a captação junto ao BNDES para investimentos.

### *Empresas Relacionadas*

Em 31 de dezembro de 2009, o exigível a longo prazo da Companhia totalizou R\$94,3 milhões, referentes a empresas relacionadas, comparados aos R\$2,2 milhões em 31 de dezembro de 2008. Tal aumento, de R\$92,1 milhões, ou 4.194,1%, decorreu da apropriação de juros no exercício e empréstimos perante a CEMAT, ENERSUL e VALE PARANAPANEMA.

### *Indenização Trabalhista*

Em 31 de dezembro de 2009, as provisões para indenizações trabalhistas da Companhia referentes a acordos em ações trabalhistas relacionadas ao Plano Bresser e ao PCCS, citadas

anteriormente, totalizaram R\$157,3 milhões, comparados aos R\$208,7 milhões de 31 de dezembro de 2008. Tal diminuição, de R\$51,4 milhões, ou 24,6%, ocorreu devido às transferências de parcelas para o curto prazo a serem pagas nos próximos 12 meses com vencimento e pela marcação a mercado nesse exercício.

#### *Encargos Tributários Sobre Reserva de Reavaliação*

Os encargos tributários sobre reserva de reavaliação a recolher em longo prazo da Companhia totalizaram R\$188,8 milhões em 31 de dezembro de 2009, representando um decréscimo de R\$38,9 milhões, em relação aos R\$227,6 milhões em 31 de dezembro de 2008. Essa diminuição, de 17,1%, é devido à realização da reserva de reavaliação, conforme determina a legislação brasileira.

#### *Patrimônio Líquido*

Em 31 de dezembro de 2009, o patrimônio líquido foi de R\$1.157,7 milhões, comparados aos R\$1.066,7 milhões em 31 de dezembro de 2008. Tal aumento, de R\$91,0 milhões, ou 8,5%, foi devido ao aumento na reserva de lucro em função do lucro no exercício.

#### *Reserva de Reavaliação*

Em 31 de dezembro de 2009, a reserva de avaliação da Companhia totalizou R\$425,2 milhões, comparados aos R\$456,0 milhões em 31 de dezembro de 2008. Essa diminuição, de R\$30,8 milhões, ou 6,8%, é devida à realização da reserva de reavaliação, conforme determina a legislação societária brasileira.

## **10.2 Os diretores devem comentar:**

### **a. resultados das operações do emissor, em especial:**

#### **i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita**

O fornecimento de Energia Elétrica em 2010 cresceu 10,3% em relação ao exercício anterior, passando de 5.580 GWh em 2009 para 6.152 GWh em 2010. A classe residencial, responsável por 39,2% do consumo total, apresentou uma evolução de 12,2%. Já a classe comercial, a segunda mais representativa com participação de 21,8% do consumo total, registrou um crescimento de 9,2% GWh. A classe industrial, a terceira maior classe em representatividade, com uma participação de 20,9% do consumo total, apresentou uma queda de 10,3%.

R\$ milhões	Em 31 de Dezembro de		
	2010	2009	2008
Receita Bruta	2.952,1	2.292,3	1.897,4
Deduções	841,1	712,0	633,8
Receita Líquida	2.111,0	1.580,3	1.263,6

## ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

R\$ Milhões	2010	%	2009	%	2008
Receita Bruta	2.952,1	28,8%	2.292,3	20,8%	1.897,4
Deduções da Receita Bruta	(841,1)	18,1%	(712,0)	12,3%	(633,8)
<b>Receita Líquida</b>	<b>2.111,0</b>	<b>33,6%</b>	<b>1.580,3</b>	<b>25,1%</b>	<b>1.263,6</b>
<b>Custos e Despesas Operacionais</b>	<b>(1.426,6)</b>	<b>18,2%</b>	<b>(1.206,6)</b>	<b>7,3%</b>	<b>(1.124,7)</b>
Energia Elétrica Comprada	(751,8)	17,0%	(642,7)	23,7%	(519,5)
Encargos de uso do sistema	(101,1)	3,5%	(97,6)	49,6%	(65,2)
Pessoal	(45,6)	-15,7%	(54,0)	-58,9%	(131,4)
Material	(6,7)	-21,5%	(8,5)	-25,3%	(11,4)
Matéria prima	(248,2)	28,3%	(193,5)	-6,5%	(206,8)
Serviços de terceiros	(161,4)	17,9%	(136,9)	1,9%	(134,3)
Depreciação e amortização	(114,4)	9,1%	(104,8)	1,4%	(103,4)
Subvenção CCC	218,4	-11,0%	245,5	18,2%	207,6
Despesas com vendas	(86,5)	-8,0%	(94,0)	32,1%	(71,1)
Despesas gerais e administrativas	(125,4)	15,6%	(108,5)	33,6%	(81,2)
Outras despesas operacionais	(4,1)	-64,3%	(11,6)	45,9%	(7,9)
<b>Resultado do Serviço</b>	<b>200,9</b>	<b>29,4%</b>	<b>155,3</b>	<b>43,9%</b>	<b>107,9</b>

· Aumento do custo com energia elétrica comprada para revenda influenciado por:

- (i) aumento no volume de energia comprada para revenda, em decorrência do crescimento de mercado no fornecimento de energia elétrica;
- (ii) reajuste anual dos preços da energia comprada para revenda;
- (iii) novos contratos de compra de energia elétrica (hidráulicas e térmicas), firmados em função do crescimento do mercado, cujo preço se apresenta mais elevado em comparação com os contratos provenientes de energia existente (fontes hidráulicas).

· Aumento dos encargos de uso do sistema de transmissão devido principalmente ao aumento na tarifa de uso do encargo do Sistema Interligado Nacional, reajustado anualmente.

· Aumento dos encargos setoriais do setor elétrico, que são contribuições definidas em Lei como parte das políticas de Governo para o Setor Elétrico. Seus valores são estabelecidos por Resoluções ou Despachos da ANEEL, para efeito de recolhimento pelas concessionárias dos montantes cobrados dos consumidores por meio das tarifas de fornecimento de energia elétrica.

· Aumento de despesas gerais e administrativa devido a implantação de programas de centralização das atividades operacionais e otimização de processos.

## b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A receita requerida anual, que representa a receita necessária para as distribuidoras manterem o equilíbrio econômico-financeiro, é segregada em 2 parcelas para fins de sua determinação:



Parcela A: Compreende os custos “não-gerenciáveis” das distribuidoras, ou seja, os custos cujo montante e variância estão fora do controle e influência da Companhia, os quais, estão detalhados a seguir:

- Reserva Global de Reversão: Encargo pago mensalmente, no montante anual equivalente a 2,5% dos investimentos efetuados pela Companhia em ativos vinculados à prestação do serviço de eletricidade, limitando-se a 3% da receita anual. Tem finalidade principal de prover recursos para reversão/encampação dos serviços de energia elétrica, não se limitando a esses objetivos.
- CCC – Conta de Consumo de Combustível: Encargo que visa cobrir os custos anuais de geração termelétrica, cujo montante anual é fixado para cada empresa em função do seu mercado e necessidade do uso das usinas termelétricas.
- Taxa de Fiscalização: Encargo que tem a finalidade de constituir a receita da ANEEL para cobertura de suas despesas administrativas e operacionais. Este é fixado anualmente e pago mensalmente.
- PROINFA: Programa de Incentivo a Fontes Alternativas: Encargo para cobertura dos custos da energia elétrica produzida por empreendimentos de produtores independentes autônomos, concebidos com base em fontes eólicas, pequenas centrais elétricas e biomassa. Calculado anualmente pela ANEEL, e pago mensalmente pela Companhia.
- CDE – Conselho de Desenvolvimento Energético: Encargo com finalidade de prover recursos para o desenvolvimento e competitividade energética dos estados, bem como, a universalização do serviço de energia elétrica. Seu valor é fixado anualmente pela ANEEL.
- P&D : Pesquisa e Desenvolvimento: Referente à aplicação de 1% da receita operacional líquida anual, sendo no mínimo 0,75% em pesquisa e desenvolvimento e 0,25% em eficiência energética no setor elétrico.

Parcela B: Compreende os custos “gerenciáveis”, que são os custos inerentes as operações de distribuição de energia, estando assim sujeitos ao controle ou influência das práticas de gestão adotadas pela Companhia. Também inclui a remuneração do capital,( o qual é calculado sobre uma base de remuneração de ativos, acrescido da cota de depreciação regulatória ), e também um percentual regulatório de receitas irre recuperáveis.

O contrato de concessão de distribuição de energia da Companhia estabelece a tarifa inicial e, prescreve os seguintes mecanismos de atualização tarifária:

- Reajuste tarifário anual: Objetiva restabelecer anualmente o poder de compra da receita obtida pela Companhia. Representa um ajuste referente as flutuações dos custos da Parcela “A” e a inflação (IGP-M) da Parcela “B” decrescido ou acrescido do Fator “X” (meta de eficiência para o próximo período).

- Revisão tarifária extraordinária: Pode ocorrer a qualquer momento quando acontecer um desequilíbrio econômico-financeiro no acordo de concessão.
- Revisão tarifária periódica: Objetiva analisar, a cada 5 anos, o equilíbrio financeiro-econômico da concessão. O processo se dá através da revisão da receita necessária para cobertura dos custos operacionais eficientes e a remuneração adequada sobre os investimentos realizados com prudência.

A revisão tarifária periódica tem seu mecanismo conduzido em 2 etapas. Na primeira etapa, o chamado reposicionamento tarifário, que se baseia na definição da parcela da receita necessária para coberta dos custos operacionais eficientes, dado um nível de qualidade do serviço e uma remuneração sobre os investimentos realizados com prudência. A segunda etapa consiste no cálculo do Fator “X”, que estabelece metas de eficiência para o próximo período.

A tabela a seguir apresenta os reajustes da Companhia:

CELPA	2010	2009	2008
	Reajuste anual (%)	Reajuste anual (%)	Revisão periódica (%)
Tipo de alteração			
Aumento aplicado	15,83	8,63	17,24
Fator X	0,82	0,70	4,94

**c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor**

A situação financeira e o resultado das operações da Companhia são afetados pela inflação, pelas tarifas praticadas nos leilões de venda de energia que refletem oferta e demanda, além das características da fonte da energia comercializada, as oscilações nas tarifas cobradas dos consumidores e os encargos setoriais ambos homologados anualmente pela ANEEL, sendo que as variações são reconhecidas nas tarifas cobradas dos consumidores por meio do mecanismo de CVA. Desta forma, a maioria de seus custos e despesas é denominada em Reais e está atrelada aos índices de medição da inflação, exceto pela tarifa de compra de energia das quotas de Itaipu que é denominada em dólar, sendo as variações da taxa de câmbio desse contrato também são reconhecidas nas tarifas de distribuição por meio do mecanismo da CVA. Além disso, a Companhia está exposta às taxas de juros cobradas nos financiamentos e não possui dívida denominada em moeda estrangeira.

As variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços podem ter impacto na capacidade de pagamento dos compromissos financeiros da Companhia. Desta forma: (i) um aumento no preço da energia vendida aumentará a receita operacional da Companhia, gerando recursos adicionais e receita financeira para a Companhia; (ii) flutuações na taxa de câmbio poderão aumentar (ou reduzir, conforme o caso) o serviço de dívida e criar despesa (ou receita) financeira para a Companhia. Em ambos os casos existem mitigadores. No caso do serviço de dívida, parte da dívida em moeda estrangeira está protegida por mecanismos de “hedge”. (iii) a inflação (IGP-M) é integralmente repassada na tarifa, de modo que seu efeito no resultado operacional da Companhia é mitigado; (iv) alterações na quantidade de energia vendida poderão

prejudicar a capacidade da Companhia pagar seus compromissos financeiros no caso de redução relevante do volume de energia distribuída; (v) as operações no ACL podem causar perdas à companhia se não estiverem devidamente lastreadas por contratos de compra de energia e análises de risco de créditos de clientes previamente realizadas por entidades independentes; (vi) não acreditamos que potenciais novos produtos ou serviços venham a ter um impacto relevante na capacidade da Companhia de pagar seus compromissos financeiros.

R\$ Milhões	2010	%	2009	%	2008
<b>Receitas Financeira</b>					
Renda de aplicações financeiras	22,0	408,6%	4,3	-72,1%	15,5
Juros ativos	71,7	-2,6%	73,5	-12,9%	84,5
Acréscimos moratórios	38,1	51,5%	25,2	16,7%	21,6
Ajuste a valor presente	17,7	666,0%	2,3		29,2
Variação monetária	56,1	-49,4%	110,8	-1148,7%	10,6
Operações de swap	76,1	767,5%	8,8	-77,2%	38,4
Ajuste Lei 11.941/2009 ou Lei 11.638/2007	2,4	-98,2%	134,6	628,8%	18,5
Outras receitas financeiras	7,0	31,7%	5,3	-678,6%	(0,9)
<b>Total de Receitas Financeiras</b>	<b>291,0</b>	<b>-20,2%</b>	<b>364,8</b>	<b>68,0%</b>	<b>217,2</b>
<b>Despesa Financeiras</b>					
Encargos de dívidas	(142,7)	41,3%	(101,0)	44,1%	(70,1)
Variação monetária	(77,0)	362,9%	(16,6)	-85,8%	(116,8)
Ajuste a valor presente	(34,6)	115,1%	(16,1)	-59,3%	(39,6)
Juros e multas	(138,7)	25,6%	(110,5)	46,2%	(75,6)
Operações de swap	(144,6)	36,4%	(106,0)		-
Ajuste Lei 11.941/2009	(22,8)	272,9%	(6,1)		-
Outras despesas financeiras	(61,6)	-33,6%	(92,8)	388,8%	(19,0)
<b>Total de Despesas Financeiras</b>	<b>(622,0)</b>	<b>38,5%</b>	<b>(449,1)</b>	<b>39,9%</b>	<b>(321,0)</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(331,0)</b>	<b>292,4%</b>	<b>(84,3)</b>	<b>-18,8%</b>	<b>(103,8)</b>

### 10.3 Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

#### a) introdução ou alienação de segmento operacional

Não há até esta data, expectativa de introdução ou alienação futura de segmento operacional.

#### b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária eventos ou operações não usuais

Não aplicável.

#### c) Eventos ou operações não usuais.

Não aplicável.

## **10.4 Os diretores devem comentar:**

### **a) Mudanças significativas nas práticas contábeis.**

## **1. PRIMEIRA ADOÇÃO DOS CPCs - CONVERGENTES AS IFRS**

### **1.1. ICPC 01 – Contratos de concessão (IFRIC 12)**

Em 22/12/2009 foi aprovada a Deliberação CVM nº 611/09, que delibera a ICPC 01 – Contratos de Concessão.

O escopo da ICPC 01 abrange contratos de concessões de serviços públicos de entidades privadas, onde o poder concedente tem o controle sobre os ativos relacionados a concessão. O poder concedente controla os ativos quando esse:

- a) Controla ou regulamenta quais serviços o concessionário deve prestar com a infra estrutura, a quem os serviços devem ser prestados e o seu preço; e
- b) Controla qualquer participação residual significativa na infra estrutura, no final do prazo da concessão.

Assim, segundo a ICPC 01, as concessionárias têm 2 atividades:

- a) Construção: o resultado é reconhecido proporcionalmente à execução da obra, de acordo com o CPC 17 – Contratos de Construção; e
- b) Operação e manutenção: A receita é reconhecida de acordo com o CPC 30 – Receitas, no momento em que os riscos e benefícios são transferidos. Os gastos com manutenção são reconhecidos como despesas e, com ampliação capitalizados.

A ICPC 01 define o modelo de contabilização, conforme quem remunera o concessionário:

- a) Usuário: Aplica o modelo do ativo intangível, onde os bens da concessão são reconhecidos como tal, representando o valor justo do direito de cobrar os usuários. Este ativo é amortizado durante o prazo de concessão, pela maneira que melhor represente o consumo dos benefícios econômicos;
- b) Poder concedente: Aplica o modelo do ativo financeiro, onde os bens da concessão assim são reconhecidos. O ativo financeiro representa um direito incondicional de receber pagamento do poder concedente, e mensurado de acordo com o CPC 38 – Instrumentos financeiros: Reconhecimento e Mensuração; e
- c) Usuário e poder concedente: Utiliza o modelo misto, onde os bens da concessão são reconhecidos como um ativo intangível e um ativo financeiro.

## **1.2. Adoção da ICPC 01**

As concessionárias de distribuição de energia elétrica são remuneradas de 2 maneiras:

- a) Direito de cobrar os usuários pela energia consumida (fatura); e
- b) Indenização dos bens reversíveis ao final do prazo da concessão.

O direito de cobrar representa um ativo intangível e a indenização um ativo financeiro. A ICPC 01 será aplicada a partir da data de transição de 1/1/2009. O valor a ser bifurcado é o saldo do ativo imobilizado até a data da transição. O ativo financeiro deve ser reconhecido inicialmente pela melhor estimativa do valor justo da indenização, e o valor residual (a diferença para o saldo total bifurcado) seria o ativo intangível.

O ativo financeiro representa a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão. Existe uma indefinição quanto a renovação das concessões. A inexistência de definição legal e constitucional, aliada a ausência de histórico de reversões, faz com que o ativo intangível tenha sua vida útil limitada ao prazo da concessão. Contudo, a Administração da Companhia entende que conseguirá renovar por igual período, conforme direito previsto no contrato de concessão, cuja renovação será requerida pela Companhia, para assegurar a continuidade e qualidade do serviço e cumprimento de regularidade junto ao órgão técnico de fiscalização do poder concedente e demais exigências previstas no contrato de concessão. Assim, na nota explicativa nº 18 também é apresentada a posição patrimonial considerando que a concessão será renovada por igual período, o que não implicaria em alteração no resultado do exercício.

A despesa com depreciação incluída na tarifa é determinada com base na vida útil econômica estimada de cada bem, sendo utilizada como base de cálculo da amortização do ativo intangível.

A ICPC 01 ainda determina o reconhecimento de receita e despesa de construção referente às obras em andamento. A Administração entende que a atividade de construção não gera lucro, assim não apresenta margem de lucro.

## **1.3. Impactos da adoção dos CPCs**

A Companhia adotou a data de transição como 1/1/2009 (Balanço de Abertura), assim, as últimas demonstrações financeiras pelas práticas contábeis anteriores foram as referentes ao exercício findo em 31/12/2008. A seguir é apresentada uma reconciliação das demonstrações financeiras e os ajustes requeridos pela primeira adoção dos CPCs, convergentes as IFRS, segundo o CPC 37 - R1 que trata da adoção inicial das normas internacionais de relatório financeiro.

## 1.4. Reconciliação do balanço patrimonial em 1/1/2009 e 31/12/2009

	1/1/2009			31/12/2009		
	Práticas contábeis anteriores	Efeito de mudança de prática	Saldo ajustado	Práticas contábeis anteriores	Efeito de mudança de prática	Saldo ajustado
<b>ATIVO</b>						
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>						
Consumidores (c)	450.569	(19.455)	431.114	540.879	(20.504)	520.375
Títulos a receber	2.841	(669)	2.172	2.847	(669)	2.178
(-) Perda no valor recuperável (a)	(44.115)	(34.145)	(78.260)	(49.435)	(39.595)	(89.030)
Impostos e contribuições sociais diferidos (b)	3.100	(3.100)	-	980	(980)	-
Ativos regulatórios (c)	29.194	(29.194)	-	40.205	(40.205)	-
Outros	36.632	(526)	36.106	45.644	(526)	45.118
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>695.213</b>	<b>(87.089)</b>	<b>608.124</b>	<b>1.021.443</b>	<b>(102.479)</b>	<b>918.964</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>						
<b>Realizável a longo prazo</b>						
Consumidores	27.051	961	28.012	32.883	961	33.844
(-) Perda no valor recuperável (a)	-	(36.897)	(36.897)	-	(36.897)	(36.897)
Depósitos judiciais (d)	29.175	(4.622)	24.553	32.319	(6.357)	25.962
Sub-rogação CCC (e)	-	-	-	473.617	(472.927)	690
Impostos e contribuições sociais diferidos (b) (f)	137.967	69.360	207.327	37.389	72.727	110.116
Ativos regulatórios (c)	45.327	(45.327)	-	47.267	(47.267)	-
Ativo financeiro - concessões (g)	-	140.250	140.250	-	180.009	180.009
<b>Total do realizável a longo prazo</b>	<b>1.016.587</b>	<b>123.725</b>	<b>1.140.312</b>	<b>1.384.540</b>	<b>(309.751)</b>	<b>1.074.789</b>
Imobilizado - líquido (g)	1.999.006	(1.999.006)	-	1.657.227	(1.657.227)	-
Intangível - líquido (g)	19.060	1.858.755	1.877.815	19.819	1.950.145	1.969.964
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>3.057.477</b>	<b>(16.526)</b>	<b>3.040.951</b>	<b>3.087.504</b>	<b>(16.833)</b>	<b>3.070.671</b>
<b>ATIVO TOTAL</b>	<b>3.752.690</b>	<b>(103.615)</b>	<b>3.649.075</b>	<b>4.108.947</b>	<b>(119.312)</b>	<b>3.989.635</b>
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>						
Fornecedores	106.003	(67)	105.936	219.379	(67)	219.312
Impostos e contribuições sociais diferidos (b)	19.678	(19.678)	-	21.384	(21.384)	-
Passivos regulatórios (c)	6.489	(6.489)	-	10.724	(10.724)	-
Outros	24.645	(171)	24.474	48.194	(171)	48.023
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>920.081</b>	<b>(26.405)</b>	<b>893.676</b>	<b>1.157.176</b>	<b>(32.346)</b>	<b>1.124.830</b>
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>						
Impostos, contribuições sociais e parcelamentos (j)	422.882	33.261	456.143	315.452	33.261	348.713
Impostos e contribuições sociais diferidos (b)	7.687	19.678	27.365	8.123	21.384	29.507
Encargos tributários sobre reserva de reavaliação (h) (i)	227.645	3.021	230.666	188.781	26.021	214.802
Provisão para contingências	10.786	-	10.786	10.329	5.811	16.140
Passivos regulatórios (c)	4.208	(4.208)	-	10.830	(10.830)	-
Outros	10.693	2.682	13.375	47.168	2.682	49.850
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>1.765.884</b>	<b>54.434</b>	<b>1.820.318</b>	<b>1.794.082</b>	<b>78.329</b>	<b>1.872.411</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>						
Outros resultados abrangentes (h)	456.021	(3.021)	453.000	425.226	(3.021)	422.205
Prejuízos acumulados	-	(128.623)	(128.623)	-	(162.274)	(162.274)
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>1.066.725</b>	<b>(131.644)</b>	<b>935.081</b>	<b>1.157.689</b>	<b>(165.295)</b>	<b>992.394</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>3.752.690</b>	<b>(103.615)</b>	<b>3.649.075</b>	<b>4.108.947</b>	<b>(119.312)</b>	<b>3.989.635</b>

(a) O CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, altera os critérios de mensuração da antiga provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD), agora denominada de perda no valor recuperável (*impairment*). O montante registrado no

balanço de abertura foi incrementado em R\$ 34.145 (R\$ 39.595 em 31/12/2009) no circulante, e R\$ 36.897 (R\$ 36.897 em 31/12/2009) no não circulante de acordo com a nova metodologia de mensuração. Com a finalidade de compensação de impostos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal, a Companhia adquiriu em 2003, créditos de origem não tributária decorrentes da condenação da União Federal em ação indenizatória, reconhecidos por decisão judicial transitada em julgado. A realização do crédito depende do sucesso da ação atualmente em fase de execução, sendo considerado provável o êxito da ação pelos assessores jurídicos. Uma nova mensuração feita, por meio de uma análise criteriosa e à luz das alterações trazidas pelo CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, levou a Administração a decidir pela constituição de perda no valor recuperável do valor integral desse instrumento financeiro, sendo o ajuste reconhecido na data da transição.

(b) Segundo o CPC 32 – Tributos sobre o lucro, o saldo do ativo diferido no balanço de abertura no montante de R\$ 3.100 (R\$ 980 em 31/12/2009) e passivo fiscal diferido no montante de R\$ 19.678 (R\$ 21.384 em 31/12/2009) devem ser classificados integralmente como não circulante.

(c) Alguns ativos e passivos regulatórios não atendem a definição de ativo e passivo segundo a Estrutura Conceitual Básica (*Framework*). O saldo do ativo regulatório no balanço de abertura foi reduzido em R\$ 48.637 (R\$ 60.696 em 31/12/2009) no circulante nas rubricas “Consumidores” e “Ativos regulatórios” e R\$ 45.327 (R\$ 47.267 em 31/12/2009) no não circulante, e do passivo em R\$ 6.489 (R\$ 10.724 em 31/12/2009) no circulante e R\$ 4.208 (R\$ 10.830 em 31/12/2009) no não circulante.

(d) Na transição para IFRS, a Companhia efetuou uma análise criteriosa de todos os detalhes da rubrica, e aquelas que não atendiam a definição de ativo ou passivo de acordo com a Estrutura Conceitual Básica (*Framework*), foram ajustadas impactando no balanço de abertura em uma redução de R\$ 4.622 (R\$ 6.357 em 31/12/2009).

(e) A Sub-rogação da CCC refere-se a benefícios do rateio da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis – CCC, referente a implantação do projeto de interligação da Ilha do Marajó. A contabilização desse benefício a receber estava de acordo com o Despacho ANEEL nº 4.722 de 18/12/2009. Na transição para IFRS, os valores reconhecidos no ativo “Sub-rogação CCC” e no passivo “Obrigações Especiais Vinculadas ao Serviço Público de Energia Elétrica – Valores pendentes de recebimentos”, foram apresentados líquido, ou seja, valores compensados. O ativo será reconhecido a medida que as obras forem concluídas e aprovadas pelo órgão regulador impactando em uma redução de R\$ 472.927 em 31/12/2009.

(f) O saldo do ativo fiscal diferido não circulante foi ajustado pelo reconhecimento dos efeitos fiscais dos ajustes. O ativo fiscal diferido no balanço de abertura foi incrementado em R\$ 66.260 (R\$ 71.747 em 31/12/2009).

(g) Conforme mencionado no item 5.2, os ativos que representam os bens das concessões no balanço de abertura foram reclassificados do ativo imobilizado R\$ 1.999.006 (R\$ 1.657.227 em 31/12/2009) para o ativo intangível R\$ 1.858.755 (R\$ 1.950.145 em 31/12/2009) e ativo financeiro – bens da concessão R\$ 140.250 (R\$ 180.009 em 31/12/2009).

(h) O CPC 32 – Tributos sobre o Lucro, exige o reconhecimento de imposto diferido sobre a reavaliação de bens não depreciables. O ajuste gerou no balanço de abertura um incremento de R\$ 3.021 (R\$ 3.021 em 31/12/2009) nos encargos da reavaliação.

(i) O saldo dos encargos tributários sobre reserva de realização foi ajustado pela regularização de imposto de renda e contribuição social sobre a reserva de reavaliação no valor de R\$ 23.000 em 31/12/2009.

(j) No balanço de abertura o ajuste no valor de R\$ 33.261 trata-se de pedido de restituição do Finsocial que foi recolhido em alíquota superior a 0,5% no período de 11/1989 a 3/1992. O Acórdão 01-15.534 proferido pela 3ª turma da DRJ/BEL de 3/11/2009, reconheceu parcialmente o direito creditório pleiteado. Em face dessa decisão, a Companhia interpôs Recurso Voluntário que aguarda julgamento no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais. Os tributos que foram objeto de compensação com o crédito discutido nestes autos foram incluídos no parcelamento da Lei nº 11.941/2009.

### 1.5. Reconciliação do patrimônio líquido em 1/1/2009 e 31/12/2009

	<u>1/1/2009</u>	<u>31/12/2009</u>
<b>Patrimônio líquido - originalmente divulgado</b>	<b>1.066.725</b>	<b>1.157.689</b>
Desreconhecimento de tarifa horosazonal	-	(22.072)
Reconhecimento de tributos em fase de recurso	(33.261)	(33.261)
Desreconhecimento de ativos e passivos regulatórios	(83.267)	(64.336)
Perda no valor recuperável ( <i>impairment</i> )	(34.145)	(39.595)
Provisão de <i>impairment</i> de títulos a receber (ativo não circulante)	(36.897)	(36.897)
Baixa de depósitos judiciais decorrentes de processos encerrados	(4.622)	(6.357)
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os ajustes	66.260	71.746
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos sobre a reserva de reavaliação de bens não depreciables	(3.021)	(3.021)
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos sobre a reserva de reavaliação	-	(23.000)
Outros	(2.691)	(8.502)
<b>Patrimônio líquido após ajustes de mudanças de prática contábil e correções</b>	<b><u>935.081</u></b>	<b><u>992.394</u></b>



## 1.6. Reconciliação do resultado do exercício de 2009

	Práticas contábeis anteriores	Efeito de mudança de prática	Saldos ajustados
<b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA (a) (b)</b>	<b>2.120.278</b>	<b>172.018</b>	<b>2.292.296</b>
Deduções da receita operacional (b)	(712.045)	19	(712.026)
<b>RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS</b>	<b>1.408.233</b>	<b>172.037</b>	<b>1.580.270</b>
<b>CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA</b>			
Energia elétrica comprada para revenda (b)	(638.633)	(4.065)	(642.698)
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição (b)	(105.632)	8.025	(97.607)
	<b>(744.265)</b>	<b>3.960</b>	<b>(740.305)</b>
<b>CUSTO DE OPERAÇÃO</b>			
Custo de construção (a)	-	(173.794)	(173.794)
	<b>(285.613)</b>	<b>(173.794)</b>	<b>(459.407)</b>
<b>LUCRO OPERACIONAL BRUTO</b>	<b>377.480</b>	<b>2.203</b>	<b>379.683</b>
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>			
Despesas com vendas (c)	(88.556)	(5.449)	(94.005)
Despesas gerais e administrativas (d)	(106.699)	(1.769)	(108.468)
Outras despesas operacionais (e)	(5.749)	(5.811)	(11.560)
	<b>(201.004)</b>	<b>(13.029)</b>	<b>(214.033)</b>
<b>RESULTADO DO SERVIÇO</b>	<b>176.476</b>	<b>(10.826)</b>	<b>165.650</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>			
Receitas financeiras (f)	371.500	(6.654)	364.846
Despesas financeiras (f)	(450.478)	1.343	(449.135)
	<b>(78.978)</b>	<b>(5.311)</b>	<b>(84.289)</b>
<b>LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<b>87.101</b>	<b>(16.137)</b>	<b>70.964</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>			
Diferido (g)	36.365	(17.514)	18.851
	<b>34.606</b>	<b>(17.514)</b>	<b>17.092</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>121.707</b>	<b>(33.651)</b>	<b>88.056</b>

(a) A receita teve um incremento de R\$ 173.794 devido a receita de construção dos ativos da concessão. O custo também teve um acréscimo de igual montante devido ao custo/despesa de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 – Contratos de Concessão, não existindo margem de lucro. Vide item 1.1.

(b) Os ativos e passivos regulatórios não atendem os critérios de reconhecimento segundo a Estrutura Conceitual Básica (*Framework*). Assim, o ajuste causou uma redução de R\$ 1.776 na receita operacional bruta, um aumento de R\$ 19 nas deduções da receita operacional, um aumento de R\$ 4.065 no custo de energia elétrica comprada para revenda e uma redução de R\$ 8.025 no custo de encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição.

(c) O acréscimo em despesas operacionais com vendas, corresponde ao ajuste de R\$ 5.449 com a constituição de perdas no valor recuperável de créditos com consumidores.

(d) O acréscimo em despesas operacionais gerais e administrativas, corresponde ao ajuste de R\$ 1.769 de baixa de depósitos judiciais. Na transição para os CPCs, a Companhia efetuou uma análise criteriosa de todos os detalhes das rubricas, e aquelas que não atendiam a definição de ativo ou passivo de acordo com a Estrutura Conceitual Básica (*Framework*), foram ajustadas.

(e) O acréscimo em outras despesas operacionais de R\$ 5.811 refere-se a complemento de provisão para contingências trabalhistas. Na transição para os CPCs, a Companhia efetuou uma análise criteriosa de todos os detalhes das rubricas, e aquelas que não atendiam a definição de ativo ou passivo de acordo com a Estrutura Conceitual Básica (*Framework*), foram ajustadas.

(f) Resultado financeiro: O reconhecimento e mensuração de encargos sobre ativos e passivos regulatórios, impactou em um aumento de R\$ 5.311, sendo o efeito na receita financeira uma redução de R\$ 6.654 e na despesa financeira uma redução de R\$ 1.343.

(g) Os impactos nos itens mencionados acima levaram a um decréscimo de R\$ 17.514 no imposto de renda e contribuição social diferidos.

**10.5 Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros.**

## **1. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

### **a. Declaração de conformidade (com relação as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro - IFRS)**

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), as quais abrangem a legislação societária brasileira, as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e normas aplicáveis às concessionárias de serviço público de energia elétrica, definidas pelo poder concedente, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Algumas informações adicionais estão sendo apresentadas em notas explicativas e quadros suplementares em atendimento às instruções contidas no Despacho nº 4.097, da SFEF/ANEEL, de 31/12/2010.

Essas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas (coletivamente “CPCs”) emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) adotados no Brasil e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Os efeitos da adoção inicial dos CPCs estão detalhados na nota explicativa nº 5.

#### **b. Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo;
- Os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

#### **c. Moeda funcional e moeda de apresentação**

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras divulgadas nas demonstrações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

#### **d. Uso de estimativas**

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração realize estimativas para determinação e registro de certos ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre suas demonstrações financeiras. Tais estimativas são feitas com base no princípio da continuidade e suportadas pela melhor informação disponível na data da apresentação das demonstrações financeiras, bem como na experiência da Administração. As estimativas são revisadas quando novas informações se tornam disponíveis ou as situações em que estavam baseadas se alterem. As estimativas podem vir a divergir para com o resultado real. As principais estimativas se referem:

- Perda no valor recuperável;
- Vida útil de ativo intangível;
- Provisões;
- Passivos contingentes;
- Planos de pensão;
- Imposto de renda e contribuição social diferidos;
- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo, inclusive derivativos; e
- Ativo financeiro – bens da concessão.

## e. Gestão do capital

A Companhia busca alternativas de capital com o objetivo de satisfazer as suas necessidades operacionais, objetivando uma estrutura de capital que leve em consideração parâmetros adequados para os custos financeiros, os prazos de vencimento das captações e suas garantias.

A Companhia acompanha seu grau de alavancagem financeira, o qual corresponde a dívida líquida, incluindo empréstimos de curto e longo prazo, dividida pelo capital total.

## 2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

### Ativos e passivos financeiros:

**Caixa e Equivalentes de Caixa:** Caixa compreende numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis. Equivalentes de caixa são aplicações financeiras de curto prazo, alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa estando sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. A mesma definição é utilizada na Demonstração do Fluxo de Caixa.

**Consumidores:** Incluem o fornecimento de energia elétrica faturado e a faturar a consumidores finais, uso da rede, serviços prestados, acréscimos moratórios e a outras concessionárias pelo suprimento de energia elétrica conforme montantes disponibilizados pela CCEE.

**Perda no valor recuperável (*impairment*):** Constituída após avaliação sobre a existência de evidência objetiva acerca da possibilidade de perda no valor recuperável das contas a receber. Tal evidência é advinda de eventos ocorridos após o reconhecimento do ativo que afetem o fluxo de caixa futuro estimado, tendo como base a experiência da Administração. A análise sobre a evidência é feita individualmente para casos mais significativos e coletivamente para os demais casos.

**Ajuste a Valor Presente:** Os ativos e passivos de longo prazo, bem como, os de curto prazo caso relevante, são ajustados a valor presente. Os principais efeitos apurados estão relacionados com as rubricas “Consumidores”, “Impostos e Contribuições Sociais a Compensar” e “Indenizações Trabalhistas”. As taxas de descontos utilizadas refletem as taxas utilizadas para riscos e prazos semelhantes as utilizadas pelo mercado, e a taxa WACC do setor elétrico para os casos referentes a assuntos regulatórios.

**Estoque (inclusive do ativo intangível em curso):** Os materiais em estoque classificados no ativo circulante (almoxarifado de manutenção e administrativos) e aqueles destinados a investimento classificados no ativo intangível em curso (depósito de obra) estão registrados ao custo médio de aquisição.

**Investimentos:** Inclui propriedades para investimentos que representam os bens não utilizados no objetivo da concessão, mantidos para valorização ou renda.

**Intangível:** Incluem o direito de uso dos bens integrantes dos contratos de concessão até o final da concessão. A amortização reflete o padrão de consumo dos bens em relação aos benefícios econômicos esperados dentro do prazo da concessão, e é reconhecida na rubrica de Custo de Operação e Despesas Operacionais.

**Contratos de concessão:** Os contratos de concessão são reconhecidos como ativo intangível e ativo financeiro. O valor do ativo intangível dos contratos de concessões representa o custo amortizado dos bens que compõem a concessão limitados ao final da concessão. Tais ativos são mensurados pelo valor reavaliado em agosto de 2001, com revisão em maio de 2005, exceto para os grupos de automóveis, caminhões e móveis e utensílios. O custo compreende o preço de aquisição (acrescido de impostos não recuperáveis sobre a compra, depois de deduzidos os descontos comerciais e abatimentos) e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessárias para este ser capaz de funcionar da forma pretendida pela Administração. A amortização do ativo intangível dos contratos de concessão representa a depreciação regulatória dos bens individuais. Os ativos intangíveis dos contratos de concessões têm o seu valor testado para perda de recuperabilidade econômica, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. A amortização é reconhecida na rubrica de custo de operação e despesas operacionais. O ativo financeiro refere-se aos investimentos realizados e previstos no contrato de concessão e não amortizados até o final da concessão por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente, decorrente da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão e a Orientação Técnica OCPC 05 - Contratos de concessão. Ele é reconhecido pelo custo residual não amortizado e o valor somente é alterado por meio de atualizações, adições, baixas e transferências ao longo do prazo de concessão.

**Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica:** Representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e as subvenções destinadas a investimento no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição, cuja quitação ocorrerá ao final da concessão. Essas obrigações estão registradas em grupo específico no passivo não circulante, e estão sendo apresentadas como dedução do Ativo Financeiro e Ativo Intangível da concessão, dadas suas características de aporte financeiro com fins específicos de financiamentos para obras.

**Subvenção e assistência governamental:** A partir de 1/1/2008, as subvenções governamentais, se recebidas, serão reconhecidas como receita ao longo do período, confrontadas com as despesas que pretende compensar em uma base sistemática. Os valores a serem apropriados no resultado serão destinados a Reserva de Incentivos Fiscais. Atualmente a Companhia não possui subvenções e assistências governamentais.

**Reserva de reavaliação (outros resultados abrangentes):** É realizada em proporção à amortização, e alienação dos bens integrantes da concessão, sendo transferida para a conta de lucros acumulados, líquida dos efeitos do imposto de renda e da contribuição social. A Companhia optou por manter os saldos existentes das reservas de reavaliação até a sua efetiva realização, conforme permitido no art. 6º da Lei nº 11.638/2007.

**Teste de recuperabilidade econômica (*impairment*):** Todo final de período a Companhia avalia se existem evidências objetivas de que os ativos da concessão (ativo financeiro e intangível) estejam desvalorizados, sendo levado em conta fatores internos e externos. Caso existam evidências, o teste de recuperabilidade econômica é realizado. Ativos intangíveis com vida útil indefinida e, ainda os não disponíveis para uso são testados anualmente, sempre na mesma data, independente da existência de evidências.

A Companhia utiliza o valor em uso como métrica de cálculo do valor recuperável, pois em sua maioria, os testes de recuperabilidade são realizados no nível de concessão, onde esta representa a menor unidade geradora de caixa. As projeções do fluxo de caixa se baseiam nos orçamentos e planos de negócios aprovadas pela Companhia para um período de 5 anos, posteriormente são utilizadas taxas constantes. A taxa de desconto utilizada é 12,81%, que representa o WACC real setorial.

**Arrendamento mercantil:** Os arrendamentos mercantis são segregados entre os operacionais e os financeiros. Quando o arrendamento é classificado como financeiro, ou seja, seus riscos e benefícios são transferidos, este é reconhecido como um ativo e mensurado inicialmente pelo seu valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos, entre eles o menor, e depreciados normalmente. O passivo subjacente é amortizado utilizando a taxa efetiva de juros.

**Empréstimos, financiamentos e debêntures:** Estão atualizados pela variação monetária e/ou cambial, juros e encargos financeiros, determinados em cada contrato, incorridos até a data de encerramento do balanço. Os custos de transação estão deduzidos dos empréstimos/financiamentos correspondentes. Esses ajustes são apropriados ao resultado pela taxa efetiva de juros do período em despesas financeiras, exceto pela parte apropriada ao custo do ativo intangível em curso.

**Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia firmou contratos derivativos com o objetivo de administrar os riscos associados a variações nas taxas cambiais e de juros. Os referidos contratos derivativos são contabilizados pelo regime de competência e estão mensurados a valor justo por meio de resultados. Os diferenciais a receber e a pagar referentes aos instrumentos financeiros derivativos, ativos e passivos, são registrados em contas patrimoniais de “Outros Ativos (diferencial a receber) e “Operações de swap” (diferencial a pagar)” e o resultado apurado na conta “Outras Receitas e Despesas Financeiras (resultado) e/ou intangível em curso (quando da construção do imobilizado operacional da concessão). Os ganhos e perdas auferidos ou incorridos em função do valor justo desses contratos são reconhecidos como ajustes em receitas ou despesas financeiras. Os contratos derivativos da Companhia são com instituições financeiras de grande porte e que apresentam grande experiência com instrumentos financeiros dessa natureza. A Companhia não tem contratos derivativos com fins especulativos.

**Valor justo:** É a quantia pela qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso em transação sem favorecimento. A hierarquia do valor justo deve ter os seguintes níveis:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- Nível 2: inputs diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e
- Nível 3: inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis).

**Custo de empréstimos:** Compreendem os juros e outros custos incorridos em conexão com empréstimos de recursos para aquisição, construção ou produção de um ativo, que leve um período substancial de tempo para ficar pronto para seu uso pretendido. Esses custos começam a ser capitalizados quando a Companhia incorre em gastos, custos de empréstimos e as atividades de construção estejam iniciadas, cessando quando substancialmente todas as atividades necessárias estiverem completas. Para empréstimos específicos, o montante capitalizado é o efetivamente incorrido sobre tais empréstimos durante o período, deduzidos de qualquer receita financeira decorrente do investimento temporário dos mesmos. Para empréstimos genéricos, aplica-se a taxa ponderada dos respectivos custos sobre o saldo vigente, aplicando esta taxa sobre o valor do ativo em construção, sendo esta capitalização limitada ao valor recuperável do ativo.

**Provisões para contingências:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de um evento passado, cujo valor possa ser estimado de maneira confiável sendo provável uma saída de recursos. O montante da provisão reconhecida é a melhor estimativa da Administração e dos assessores legais, baseados em pareceres jurídicos sobre os processos existentes e do desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço. Quando a provisão envolve uma grande população, a obrigação é estimada ponderando todos os possíveis desfechos pelas suas probabilidades associadas. Para uma obrigação única a mensuração se baseia no desfecho mais provável.

**Outros direitos e obrigações:** Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes que estão sujeitos a variação monetária ou cambial por força de legislação ou cláusulas contratuais, estão atualizados com base nos índices previstos nos respectivos dispositivos, de forma a refletir os valores na data das demonstrações financeiras.

**Imposto de renda e contribuição social:** a provisão para imposto de renda e contribuição social corrente é calculada com base no lucro tributável e na base de cálculo da contribuição social, de acordo com as alíquotas vigentes na data do balanço. Sobre as diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social são constituídos impostos diferidos. Os ativos e passivos diferidos são registrados nos ativos e passivos não circulantes. Os impostos diferidos serão realizados com base nas alíquotas que se espera serem aplicáveis no período que o ativo será realizado ou, o passivo liquidado. Tais ativos e passivos não são descontados a valor presente. Os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social podem ser compensados anualmente, observando-se o limite de até 30% do lucro tributável para o exercício.

De acordo com o art. 15 da Lei 11.941/2009, que institui o Regime Tributário de Transição ("RTT") de apuração do Lucro Real, a Companhia considerou a opção pelo RTT aplicável ao biênio 2008-2009, por meio do envio da Declaração de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - DIPJ 2009, relativo ao ano- calendário de 2008. A partir do ano-calendário de 2010, a adoção ao RTT passou a ser obrigatória.

**Plano de aposentadoria e pensão:** A Companhia possui plano de aposentadoria e pensão, sendo este contabilizado conforme sua classificação, contribuição definida ou benefício definido. O plano de contribuição definida é aquele que a Companhia paga contribuições fixas a uma entidade separada, não tendo a obrigação legal ou não formalizada de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes

para pagar todos os benefícios devidos. Já o de benefício definido compreende todos os planos que não sejam classificados como contribuição definida.

A contribuição da Companhia para o plano de contribuição definida é reconhecida na demonstração do resultado como Pessoal, sendo que nenhum ativo ou passivo é reconhecido.

O plano de benefício definido tem sua contabilização baseada em avaliações atuarias sendo o valor presente das obrigações calculado pelo Método Unitário Projetado. A Companhia se utiliza de atuários qualificados independentes anualmente.

**Receita líquida de vendas:** As receitas de fornecimento de energia elétrica são mensuradas com base no regime de competência, sendo reconhecida no momento em que os riscos e benefícios são transferidos, ou seja, no momento da entrega da energia. Assim, inclui a quantificação estimada do fornecimento de energia elétrica da última medição (emissão fatura) até o encerramento das demonstrações financeiras.

**Registro das operações de compra e venda de energia na CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica:** As compras (custo de energia comprada) e as vendas (receita de suprimento) são registradas pelo regime de competência de acordo com as informações divulgadas pela CCEE, entidade responsável pela apuração das operações de compra e venda de energia. Nos meses em que essas informações não são disponibilizadas em tempo hábil pela CCEE, os valores são estimados pela Administração da Companhia, utilizando-se de parâmetros disponíveis no mercado.

**Receita e custo de construção:** O custo de construção das obras relativas a distribuição de energia elétrica, é baseado na percentagem completada da obra, sendo determinada com base nos custos incorridos até a data. Não existe margem de construção, assim a receita de construção é igual ao custo de construção.

**Informações sobre quantidade de ações e resultado por ação:** O resultado básico por ação deve ser calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo do exercício (o numerador) pelo número médio ponderado de ações em poder dos acionistas, menos as mantidas em tesouraria (denominador).

**Novas normas e interpretações ainda não adotadas:** Diversas normas, emendas e interpretações IFRSs emitidas pelo IASB (International Accounting Standards Board) ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31/12/2010, sendo elas:

- Emenda da IAS 12 – Tributos sobre o lucro (CPC 32): Recuperação de ativos mensurados pelo valor justo. Vigência 1/1/2012;
- Emenda da IAS 24 – Partes relacionadas (CPC 05): Divulgação de partes relacionadas com o Governo. Vigência 1/1/2011;
- IFRS 9 – Instrumentos financeiros: Classificação de ativos financeiros e contabilização de passivos financeiros designados como mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Vigência 1/1/2013;



- Emenda da IFRIC 14 – IAS 19 – Limite de um ativo de benefício definido, requisitos de fundamento mínimo e sua interação (CPC 33 – Interpretação A): Esclarecimento sobre pagamentos antecipados. Vigência 1/1/2011.

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes às IFRSs acima citadas. A adoção antecipada destes pronunciamentos está condicionada a aprovação prévia em ato normativo da Comissão de Valores Mobiliários – CVM. A Companhia não estimou a extensão do impacto destas novas normas em suas demonstrações financeiras.

**Reclassificações e correções:** Algumas reclassificações e correções foram efetuadas para melhor apresentação das demonstrações financeiras comparativas, conforme o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

**Demonstrações dos resultados abrangentes:** As demonstrações dos resultados abrangentes não estão sendo divulgadas, uma vez que a Companhia não apurou transações que envolvam registros em outros resultados abrangentes que impactam o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2010 e 2009.

#### **10.6 Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:**

**a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las.**

A Companhia atende aos padrões de governança corporativa e considera seus controles internos suficientes para o tipo de atividade e o volume de transações que opera. A Administração está empenhada no constante aprimoramento, efetuando constantes revisões, visando a melhoria contínua de seus processos.

**b) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente.**

Como parte dos exames das demonstrações financeiras pelos auditores independentes, relativos aos exercícios de 2008 e 2009, foram elaborados relatórios de controles internos com algumas recomendações, as quais não representaram nenhum comprometimento no desenvolvimento das atividades da Companhia. Estas recomendações foram discutidas com os auditores, e quando aplicáveis, foram adotadas como procedimentos de aperfeiçoamento dos controles da Companhia.

Para o exercício de 2010, os auditores independentes estão em fase de conclusão do relatório de controles internos, todavia, em reuniões de discussões preliminares, não foi apresentada nenhuma situação que possa apresentar risco às atividades da Companhia.

**10.7 Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar:**

A Companhia não fez nenhuma oferta pública de distribuição de valores mobiliários.

**a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados.**

Não aplicável.

**b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição.**

Não aplicável.

**c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios.**

Não aplicável.

**10.8 Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:**

**a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:**

**i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos**

**ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos**

**iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**

**iv. contratos de construção não terminada**

**v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

A Companhia não possui ativos ou passivos que não estejam refletidos nas demonstrações financeiras e suas notas explicativas.

**b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.**

Não aplicável.

**10.9 Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicadas no item 10.8, os diretores devem comentar:**

**a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor.**

Conforme mencionado no item 10.8 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

**b) natureza e o propósito da operação.**

Conforme mencionado no item 10.8 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

**c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.**

Conforme mencionado no item 10.8 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

**10.10 Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:**

**a) investimentos, incluindo:**

**i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos**

R\$ milhões	2010	2009	2008
Programa Luz Para Todos / Universalização	310,8	183,9	425,2
Interligação da Ilha de Marajó	78,1	60,4	-
Redução de Perdas	85,0	23,2	117,8
FNDCT / EPE / PEE / P&D	15,4	13,7	12,3
Manutenção e melhorias do sistema	196,2	83,6	24,2
<b>Total</b>	<b>685,6</b>	<b>364,8</b>	<b>579,6</b>

## 2010

Programa Luz para Todos ("LPT") e Programa Nacional de Universalização ("Universalização"): em 2010, a Companhia investiu R\$ 310,8 milhões no LPT e Universalização, cuja principal característica é possibilitar o acesso e uso da energia elétrica, a todos os cidadãos domiciliados nas áreas urbanas e rurais do Estado. Os recursos para atendimento do LPT são provenientes da Reserva Global de Reversão ("RGR"), Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE"), Estado e Fonte Própria.

Pesquisa & Desenvolvimento: a Companhia investiu ainda R\$ 15,4 milhões em programas de pesquisa & desenvolvimento, relacionados com a produção e operação da concessionária. Esses investimentos são compostos pelos seguintes programas: Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), Estudo de Eficiência Energética (EPE), Programa de Eficiência Energética (PEE), e Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D).

Interligação da Ilha do Marajó: esse projeto prevê a interligação do Sistema Isolado da Ilha de Marajó ao Sistema Inteligado Nacional, através da extensão da rede elétrica de Tucuruí até o Marajó. Em 2010, a Companhia investiu R\$ 78,1 milhões, com recursos provenientes da sub-rogação CCC.

Programa de Redução de Perdas: são verbas destinadas exclusivamente para o programa de combate às perdas técnicas e não técnicas. Em 2010 foram investidos R\$ 85,0 milhões.

Manutenção e Melhorias no Sistema: são investimentos vegetativos, feitos com caixa próprios, destinados a manutenção, ampliação e melhorias no sistema elétrico. Esses investimentos totalizaram R\$ 211,6 milhões em 2010.

## **ii. fontes de financiamento dos investimentos**

### Eletrobrás

Em 2002, o Governo Federal começou a implementar um programa de universalização destinado a tornar a energia elétrica disponível aos consumidores que de outra forma não teriam acesso a ela. Neste programa, os consumidores de energia elétrica não precisam arcar com os custos de ligação da rede de energia elétrica, os quais são de responsabilidade das distribuidoras de energia elétrica.

A ANEEL estabeleceu metas para a expansão dos serviços de distribuição prestados por concessionárias e permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica,

inclusive a meta final de tornar universal o acesso à energia elétrica até 2014. A ANEEL definiu um fator de redução a ser aplicado às tarifas durante o período em que as distribuidoras deixem de cumprir com os projetos de universalização. Os recursos obtidos com o uso de bens públicos e as multas aplicadas às distribuidoras serão investidos na expansão da meta dos serviços universais de distribuição pública de energia, conforme estipulado na regulamentação editada pela ANEEL.

Em 11 de novembro de 2003, o Governo Federal instituiu o Programa Luz para Todos, sob coordenação do MME e operacionalização da Eletrobrás, destinado a propiciar até o ano de 2010, o atendimento em energia elétrica à parcela da população do meio rural brasileiro que ainda não possui acesso a esse serviço público, por meio de subvenção econômica advinda da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE e financiamentos com fundos da Reserva Global de Reversão – RGR.

Participação Por Entidade - %	CELPA
Participação Empresa	15%
CDE - Fundo Perdido	70%
RGR – Eletrobrás	10%
Participação Estado – Fundo perdido	5%

### BNDES

Em 30 de novembro de 2009, a Companhia e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”) assinaram Contrato de Financiamento no valor de R\$ 449,3 milhões, destinados ao “Plano de Melhorias” da Companhia. Esse programa prevê a ampliação, modernização e expansão das redes de distribuição, sub-transmissão, serviços de telecomunicação e redução das perdas técnicas e não técnicas. O contrato foi dividido em três subcréditos, com taxas de juros e prazos de amortização distintos: as taxas variam entre TJLP + 3,57% e TJLP + 4,50% e os prazos de amortização entre 72 e 96 parcelas a partir de janeiro de 2012. Até 31 de dezembro de 2010 foram liberados R\$ 240,4 milhões.

Ademais, a Companhia financia seus projetos de investimento em parte com sua geração própria de caixa e em parte através de linhas de financiamento e/ou demais instrumentos de captação dos mercados de capitais e bancário.

### **iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos**

Não aplicável.

**b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor**

Não aplicável.

**c) Novos produtos e serviços, indicando:**

Não aplicável.

**i. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas**

Não aplicável.

**ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Pesquisa & Desenvolvimento: a Companhia investiu ainda R\$ 12,3 milhões em programas de pesquisa & desenvolvimento, relacionados com a produção e operação da concessionária. Esses investimentos são compostos pelos seguintes programas: Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), Estudo de Eficiência Energética (EPE), Programa de Eficiência Energética (PEE), e Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D).

**iii. projetos em desenvolvimento já divulgados**

Implantação do Programa Evoluir a partir do primeiro semestre de 2009. Esse Programa tem por objetivo a integração das diversas iniciativas da Companhia, por meio de um único programa de transformação da gestão e operação. O objetivo é promover mais transparência e agilidade na tomada de decisões estratégicas, contribuindo para o desenvolvimento e o crescimento da Companhia e colaboradores. O Programa é subdividido em sete projetos:

1. CSC – Centro de Serviços Compartilhados, já implementado, que visa à uniformização dos processos contábeis, fiscais e financeiros;
2. EPC – Estruturação do Processo de Cobrança, cujo objetivo é a criação de uma área de cobrança corporativa, responsável pela elaboração de estratégias, implementação de melhorias, definição das políticas, normas e gestão de indicadores;

3. EOE – Estruturação da Operação de Engenharia, que pretende melhorar a eficiência da área operacional, a partir do aprimoramento das estruturas de engenharia e distribuição da Companhia;
4. MCPSE – Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico, que visa o atendimento às exigências do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico, por meio da atualização e manutenção do cadastro técnico, operacional e patrimonial;
5. PRODIST – Procedimentos de Distribuição, que tem por finalidade a adequação dos procedimentos, com o objetivo de atender as determinações da ANEEL;
6. Criação de um novo CALL CENTER, visando o aumento da qualidade do atendimento;  
e
7. Implantação do sistema SAP, com o objetivo de modernizar as ferramentas de gestão empresarial.

**iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Não aplicável.

**10.11 Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.**

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

**CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A. - CELPA**

**CNPJ/MF nº 04.895.728/0001-80**

**NIRE 15.300.007.232**

**Companhia Aberta**

Belém, 28 de março de 2011.

Aos Srs. Acionistas da **CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A. - CELPA**

**DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO**

(Conforme informações indicadas no anexo 9-1-II da Instrução CVM 481/09).

(Valores expressos em milhares de reais)

**1. Informar o lucro líquido do exercício**

No exercício de 2010, foi apurado prejuízo no montante de R\$ 100.735 (cem milhões e setecentos e trinta e cinco mil).

**2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados**

Em virtude do prejuízo apurado no exercício, não serão distribuídos dividendos e/ou juros sobre o capital próprio aos acionistas.

**3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído**

Não aplicável.

**4. Informar o montante de global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores**

Não aplicável.



**5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:**

- a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe**

Não aplicável.

- b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio**

Não aplicável.

- c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio**

Não aplicável.

- d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento**

Não aplicável.

**6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores**

- a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados**

Não aplicável.

**b. Informar a data dos respectivos pagamentos**

Não aplicável.

**7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:**

**a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores**

<b>Exercícios:</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>
<b>Lucro Líquido (Prejuízo):</b>	114.217	(3.875)	121.707	(100.735)
<b>Quantidade de Ações:</b>	63.850.934	63.850.934	63.850.934	63.850.934
<b>Lucro Líquido por ação:</b>	1,79	(0,06)	1,91	(1,58)

**b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores**

**DIVIDENDOS**

	Número de ações	2009 - AGO 29/04/2010		2008 - AGO 30/04/2009		2007 - AGO-07/04/2008	
		Valor por ação	Totais	Valor por ação	Totais	Valor por ação	Totais
		R\$	R\$ MIL	R\$	R\$ MIL	R\$	R\$ MIL
Ações ordinárias	59.397.496	0,277551634	16.486	0,163868000	9.733	3,852821000	228.848
Ações preferenciais "A"	2.166.816	0,487634626	1.057	0,487635000	1.057	3,849417000	8.341
Ações preferenciais "B"	1.085.373	0,812724372	882	0,812724000	882	3,663152000	3.976
Ações preferenciais "C"	1.201.249	0,294089198	353	0,243817000	293	3,849417000	4.624
<b>Total</b>	<b>63.850.934</b>		<b>18.778</b>		<b>11.965</b>		<b>245.789</b>

2007 - AGO 7/4/2008		
	Valor por ação	Totais
	R\$	R\$ MIL
Ações ordinárias	0,776982160	46.151
Ações preferenciais "A"	0,776982160	1.684
Ações preferenciais "B"	0,776982160	843
Ações preferenciais "C"	0,776982160	933
<b>Total</b>		<b>49.611</b>

**JURO S/CAPITAL PRÓPRIO**

	Número de ações	2007 - AGO 07/04/2008		2007 - AGO 07/04/2008	
		Valor por ação	Totais	Valor por ação	Totais
		R\$	R\$ MIL	R\$	R\$ MIL
Ações ordinárias	59.397.496	0,214965000	12.768	0,408090000	24.240
Ações preferenciais "A"	2.166.816	0,487634000	1.057	0,138824000	300
Ações preferenciais "B"	1.085.373	0,812724000	882	0,000000000	0
Ações preferenciais "C"	1.201.249	0,243817000	293	0,382641000	460
<b>Total</b>	<b>63.850.934</b>		<b>15.000</b>		<b>25.000</b>

## 8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

### a. Identificar o montante destinado à reserva legal

A esta reserva são destinados 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital social, conforme disposto no artigo 193 da Lei 6.404/76.

### b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

Não aplicável, em virtude da apuração de prejuízo no exercício social findo em 31.12.2010.

**9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos**

**a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos**

O estatuto estabelece distribuição de dividendo mínimo sobre o valor do capital representado pelas respectivas classes de ações nos seguintes percentuais:

Ações preferenciais classe “A” – 6%

Ações preferenciais classe “B” – 10%

Ações preferenciais classe “C” – 3%

**b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos**

Não aplicável, em virtude da apuração de prejuízo no exercício social findo em 31.12.2010.

**c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa**

Não aplicável.

**d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais**

Não aplicável.

**e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe**

Não aplicável.

**10. Em relação ao dividendo obrigatório**

**a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto**

Os acionistas terão direito a receber como dividendos obrigatórios em cada exercício, no mínimo 25% do lucro líquido ajustado, nos termos do artigo 35 do estatuto social da companhia.

Não serão distribuídos dividendos e/ou qualquer outra forma de remuneração aos acionistas da Companhia em virtude do prejuízo apurado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2010, conforme demonstração de cálculo abaixo:

	<u>31/12/2010</u>
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	(100.735)
Ajuste - PCCS líquido	-
Ajuste - AVP líquido	-
Prejuízo acumulado decorrente das mudanças de práticas contábeis	(162.274)
Efeito da mudança de práticas contábeis em 2009	-
<b>Base de cálculo para dividendos</b>	<b>(263.009)</b>
Reserva legal (5%)	-
Base de cálculo para dividendos mínimos	<b>(263.009)</b>
Percentual sobre o lucro	25%
<b>Dividendo mínimo obrigatório</b>	<b>-</b>

**b. Informar se ele está sendo pago integralmente**

Não aplicável.

**c. Informar o montante eventualmente retido**

Não aplicável.

**11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia**

**a. Informar o montante da retenção**

Não aplicável.

**b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos**

Não aplicável.

**c. Justificar a retenção dos dividendos**

Não aplicável.

**12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências**

**a. Identificar o montante destinado à reserva**

Não aplicável, em virtude da apuração de prejuízo no exercício social findo em 31.12.2010.

**b. Identificar a perda considerada provável e sua causa**

Não aplicável.

**c. Explicar porque a perda foi considerada provável**

Não aplicável.

**d. Justificar a constituição da reserva**

Não aplicável.

**13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar**

**a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar**

Não aplicável, em virtude da apuração de prejuízo no exercício findo em 31.12.2010.

**b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva**

Não aplicável.

**14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias**

**a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva**

O estatuto estabelece em seu art. 34 alínea f, que o lucro remanescente, por proposta da administração, poderá ser total ou parcialmente destinada à constituição de Reservas de Investimentos, observado o disposto no parágrafo único do mesmo art. 34, e o estabelecido no art. 194 da Lei nº 6.404/76.

**b. Identificar o montante destinado à reserva**

Não aplicável, em virtude da apuração de prejuízo no exercício findo em 31.12.2010. Esclarecemos, por oportuno, que foram utilizados os saldos de reservas de capital e de lucros já existentes para a absorção de prejuízos no valor de R\$ 36.914 (reserva de capital) e R\$ 176.617 (reserva de lucros).

**c. Descrever como o montante foi calculado**

Não aplicável.

**15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital**

**a. Identificar o montante da retenção**

Não aplicável, em virtude da apuração de prejuízo no exercício findo em 31.12.2010.

**b. Fornecer cópia do orçamento de capital**

Não aplicável.

**16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais**

**a. Informar o montante destinado à reserva**

Não aplicável, em virtude da apuração de prejuízo no exercício findo em 31.12.2010.

**b. Explicar a natureza da destinação**

Não aplicável.



**CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A. - CELPA**

CNPJ/MF nº 04.895.728/0001-80

NIRE 15.300.007.232

Companhia Aberta

Belém - PA, 13 de abril de 2011

Aos Srs. Acionistas da **CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A. - CELPA.**

**ELEIÇÃO DE ADMINISTRADORES  
CANDIDATOS INDICADOS OU APOIADOS PELA ADMINISTRAÇÃO OU  
ACIONISTAS CONTROLADORES**

(Nos termos dos itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência da Instrução  
CVM 480/09)

**CONSELHO FISCAL  
DATA DE ELEIÇÃO E POSSE: 29/ABRIL/2011  
PRAZO DE MANDATO: ATÉ ABRIL/2012**

**Item 12.6. – Tabela**

<b>NOME</b>	<b>IDADE</b>	<b>PROFISSÃO</b>	<b>CPF</b>	<b>CARGO ELETIVO OCUPADO</b>	<b>INDICAÇÃO CONTROLADOR</b>	<b>OUTROS CARGOS EXERCIDOS NA COMPANHIA</b>
Carlos Souza Barros de Carvalhosa	80	Engenheiro Civil	003.684.158-72	Conselheiro Efetivo	Sim	N/A
Antonio Carlos de Paula	55	Engenheiro	642.752.998-68	Conselheiro Efetivo	Sim	N/A
Kleber Cimini Lage	66	Engenheiro Eletricista	002.516.401.59	Conselheiro Efetivo	Sim	N/A
A ser indicado pela ELETROBRÁS						
A ser indicado pela ELETROBRÁS						
Osmar José Vicchiatti	68	Administrador de Empresas	070.546.298-68	Suplente	Sim	N/A
Fernando Quartim Barbosa de Figueiredo	67	Engenheiro	010.320.708-20	Suplente	Sim	N/A
Annibal Ribeiro do Valle Filho	59	Engenheiro Civil	165.529.386-91	Suplente	Sim	N/A

A ser indicado pela ELETROBRÁS							-
A ser indicado pela ELETROBRÁS							

(\*) N/A – Não aplicável

**12.7.** Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários

**Resposta:** A Companhia não possui comitês estatutários ou comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários.

**12.8.**

**a. CURRÍCULOS**

**CONSELHO FISCAL**

**– MEMBROS EFETIVOS**

*Carlos Souza Barros de Carvalhosa*

Nascido em 05 de dezembro de 1929, o Sr. Carvalhosa é engenheiro civil formado pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (1948/1952). Seminários e Cursos de aperfeiçoamento e atualização na área de O&M e Informática – Análise de Sistema – Bancos de Dados. Desde 1999, é membro do Conselho Fiscal da Companhia. É também membro do conselho fiscal da Rede Energia S.A, CEMAT e CELTINS. Foi gerente da CNBO – Produtora de Energia Elétrica Ltda. de 1997 a 1998 e diretor de investimentos incentivados da Investco.

*Antonio Carlos de Paula*

Nascido em 16 de setembro de 1954, o Sr Antonio é engenheiro elétrico formado pela Universidade de Mogi das Cruzes, com extensão em contabilidade e finanças para executivo e gerenciamento de empreendimentos pela Fundação Getúlio Vargas. Desde 1999, é membro do Conselho Fiscal Companhia. É gerente de projetos da Ericsson Telecomunicações.

*Kleber Cimini Lage*

Nascido em 06 de agosto de 1943, o Sr. Kleber é engenheiro eletricitista formado pela Escola de Engenharia da Universidade Federal de Goiás (1968). É membro efetivo do Conselho Fiscal da Companhia desde 2006. Foi professor do Departamento de Eletrotécnica da Escola de Engenharia da Universidade Federal de Goiás. Atuou como diretor de Planejamento da Celtins e como Diretor Estatutário da Investco S.A de 1998 a 2003. Exerceu ainda o cargo de Assessor da Rede Energia de 2003 a 2006.

**– MEMBROS SUPLENTES**

*Osmar José Vicchiatti*

Nascido em 13 de novembro de 1941, o Sr. Vicchiatti é graduado em Administração de Empresas e Ciências Econômicas pela Universidade de São Paulo. É membro suplente do Conselho Fiscal desde abril de 2006. Também é membro do conselho deliberativo da REDEPREV – Fundação Rede de Previdência. Foi diretor da EEB e diretor e membro do conselho de administração de outras empresas da Rede Energia S.A de 1980 a 2003.

*Fernando Quartim Barbosa de Figueiredo*

Nascido em 08 de Outubro de 1942, o Sr. Quartim é engenheiro Formado pela Escola de Engenharia de Mauá (1966) e Administração de Empresas – Fundação Getúlio Vargas (1972). É membro suplente do conselho fiscal desde 2010. Também é membro efetivo do Conselho Fiscal da REDE ENERGIA S.A. e conselheiro Curador da Fundação Aquarela. Foi membro do Conselho de Administração da Companhia e de outras empresas da REDE ENERGIA e consultor do Grupo Rede.

*Annibal Ribeiro do Valle Filho*

Nascido em 30 de abril de 1951, o Sr. Annibal é formado em engenharia civil pela Escola de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG com curso de especialização em administração pela Fundação Getúlio Vargas (1981). É membro suplente do Conselho Fiscal desde abril de 2004. Foi gerente técnico da Construtora Beter S.A. e gerente de planejamento, orçamento e controle da Badra S.A. de 1982 a 1995. É Sócio Gerente da Planorc Serviços de Engenharia S/C Ltda. Foi professor da Escola de Engenharia de Alfenas, Minas Gerais.

*Marcos Simas Parentoni*

Nascido em 31 de maio de 1955, o Sr. Marcos é engenheiro Eletricista formado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. É membro suplente do Conselho Fiscal da Companhia desde 2005. Exerce a função de assistente do Diretor de Engenharia da CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. desde 1980.

*Sônia Regina Jung*

Nascida em 05 de julho de 1950, a Sra. Sônia é advogada formada pelo Instituto Metodista Beneti. É membro suplente do Conselho Fiscal da Companhia desde 2004. É assistente da Diretoria Financeira e de Engenharia da Eletrobrás

b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal

**Resposta:** Não há.

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas

**Resposta:** Não há.

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer

**Resposta:** Não há.

**12.9.** Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a) administradores do emissor

**Resposta:** Não há.

b) (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor

**Resposta:** Não há.

c) (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor

**Resposta:** Não há.

- d) (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

**Resposta:** Não há.

**12.10.** Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

- a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor

**Resposta:** Não há.

- b. controlador direto ou indireto do emissor

**Resposta:** Não há.

- c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas

**Resposta:** Não há.

**CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A. - CELPA**

CNPJ/MF nº 04.895.728/0001-80

NIRE 15.300.007.232

Companhia Aberta

Belém - PA, 13 de abril de 2011

Aos Srs. Acionistas da **CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A. - CELPA.**

**REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES**

(Conforme informações do item 13 do

Formulário de Referência da Instrução CVM 480/09)

(Valores expressos em reais)

**13. Remuneração dos administradores**

**13.1.** Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

- a. objetivos da política ou prática de remuneração

**Resposta:** A prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, adotada pela Companhia, objetiva atrair e reter profissionais qualificados e com experiência na área de distribuição, geração e comercialização de energia elétrica, bem como, incentivar o cumprimento dos objetivos e metas, proporcionando um alinhamento com os interesses da Companhia.

Leva em consideração as responsabilidades de cada membro, o tempo dedicado às suas funções, sua competência e reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado.

Para o exercício de 2011, a Companhia propõe o montante global de até R\$ 5.400.000,00, para a remuneração dos administradores da Companhia, a ser segregado da seguinte forma:

(i) De até R\$ 1.100.000,00 para o Conselho de Administração, sendo R\$ 900.000,00 correspondente à remuneração fixa e o valor de R\$ 200.000,00 referentes aos encargos.

(ii) De até R\$ 4.000.000,00 para a Diretoria Executiva, sendo R\$ 2.000.000,00 correspondente à remuneração fixa, R\$ 1.000.000,00 correspondente à remuneração variável, R\$ 200.000,00 referente à benefícios e o valor de R\$ 800.000,00 referentes aos encargos.

(iii) De até R\$ 300.000,00 para o Conselho Fiscal, sendo R\$ 250.000,00 correspondente à remuneração fixa e o valor de R\$ 50.000,00 referentes aos encargos, observado o disposto no artigo 162, Parágrafo 3º da Lei 6.404/76.

b. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

**Resposta:**

A Companhia adota um modelo de remuneração composto por: (i) remuneração fixa, composta por honorários mensais aplicáveis à Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal; (ii) remuneração variável, que é o honorário calculado de acordo com os indicadores de performance individual e da Companhia aplicável aos Diretores Executivos (Estatutários), e, (iii) benefícios, com os quais a Companhia procura atrair e reter os melhores talentos e retribuir a



competência de seus administradores, também aplicáveis aos Diretores Executivos (Estatutários). Vide item 13.1 (a).

ii. qual a proporção de cada elemento na remuneração total

**Resposta:**

Conselho de Administração:20,37% da Remuneração Total.

Remuneração Fixa: 16,67%

Encargos: 3,70%

Diretoria: 74,07% da Remuneração Total.

Remuneração Fixa: 37,04%

Remuneração Variável: 18,52%

Benefícios: 3,70%

Encargos: 14,81%

Conselho Fiscal: 5,56% da Remuneração Total.

Remuneração Fixa: 4,63%

Encargos: 0,93%

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

**Resposta:** Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal recebem honorários fixos mensais. Para o Conselho Fiscal, informamos que os conselheiros suplentes não recebem honorários, a não ser na hipótese de substituírem o conselheiro titular a que estão vinculados. O reajuste da remuneração dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal é feito com base na lei e em práticas de mercado.

A proposta de remuneração para a Diretoria Estatutária e seu reajuste baseia-se em práticas de mercado.

A Companhia verifica as práticas de mercado comparando seus indicadores operacionais e desempenho econômico de suas controladas com os números de empresas de mesmo porte e setor, levando em consideração as diferenças regionais do país.

iv. razões que justificam a composição da remuneração

**Resposta:** A remuneração da Companhia considera as responsabilidades de cada cargo e esta baseada nas práticas de mercado e nos valores pagos para profissionais que exercem funções e cargos equivalentes, visando a retenção dos melhores profissionais.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

**Resposta:** A remuneração dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Companhia é fixa e não considera indicadores de desempenho.

A remuneração variável dos Diretores Estatutários é definida com base em metas alinhadas com o plano estratégico da Companhia e performance do negócio. A mensuração está ligada ao resultado econômico da Companhia, como evolução do EBITDA, desempenho operacional apurados nos exercícios sociais, indicadores de qualidade de serviço, tais como, DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor), FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor) e redução de perdas comerciais, satisfação dos clientes, Acionistas e colaboradores.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

**Resposta:** Os honorários do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal são revisados anualmente e definidos pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Companhia.

Para os Diretores Estatutários, a remuneração variável é baseada em metas quantitativas, as quais refletem a evolução dos indicadores de desempenho da Companhia.

- e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

**Resposta:** A prática de remuneração dos diretores estatutários está alinhada aos interesses da Companhia, por ser fundamentada por critérios atrelados ao desempenho econômico-financeiro da Companhia definidos pelos indicadores de desempenho, satisfação dos clientes, imagem da empresa e responsabilidade social.

- f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

**Resposta:** Alguns Conselheiros e Diretores exercem cargos em empresas relacionadas e sob controle comum, sendo neste caso remunerados por tais atribuições.

- g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

**Resposta:** Não há remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário.

**13.2.** Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

<b>Remuneração reconhecida no resultado do exercício de 2009 (R\$ mil)</b>				
<b>a. Órgão</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
b. Número de Membros	9	7	5	21
c.i. Remuneração fixa anual	296.000,00	1.813.924,76	129.000,00	2.238.924,76
Salário ou Pró-labore	296.000,00	1.559.033,76	129.000,00	1.984.033,76
Benefícios diretos e indiretos	-	254.891,00	-	254.891,00
Remuneração por participação em	-	-	-	-

comitês				
Outros	-	-	-	-
c.ii. Remuneração variável	-	480.679,04	10.750,00	491.429,04
Bônus	-	480.679,04	10.750,00	491.429,04
Participação nos resultados	-	-	-	-
Remuneração por participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
c.iii. Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
c.iv. Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
c.v. Remuneração baseada em ações	-	-	-	-
d. Valor da remuneração por cada Órgão	-	-	-	-
e. Total da remuneração dos Órgãos	296.000,00	2.294.603,80	139.750,00	2.730.353,80

Remuneração reconhecida no resultado do exercício de 2010 (R\$ mil)				
a. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b. Número de Membros	9	7	5	21
c.i. Remuneração fixa anual	544.000,00	1.671.933,25	139.000,00	2.354.933,25
Salário ou Pró-labore	544.000,00	1.571.933,25	139.000,00	2.254.933,25
Benefícios diretos e indiretos	-	100.000,00	-	100.000,00
Remuneração por participação em comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
c.ii. Remuneração variável	-	846.877,76	12.000,00	858.877,76
Bônus	-	846.877,76	12.000,00	858.877,76
Participação nos resultados	-	-	-	-
Remuneração por participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
c.iii. Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
c.iv. Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
c.v. Remuneração baseada em ações	-	-	-	-
d. Valor da remuneração por cada Órgão	-	-	-	-
e. Total da remuneração dos Órgãos	544.000,00	2.518.811,01	151.000,00	3.213.811,01

(\* ) A remuneração prevista para o exercício de 2010, não foi integralmente realizada pois alguns integrantes da administração não receberam remuneração da Companhia.

Remuneração prevista para o Exercício de 2011 (R\$ mil)				
a. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b. Número de Membros	9	7	5	21
c.i. Remuneração fixa anual	900.000,00	2.200.000,00	250.000,00	3.350.000,00
Salário ou Pró-labore	900.000,00	2.000.000,00	250.000,00	3.150.000,00
Benefícios diretos e indiretos	-	200.000,00	-	200.000,00
Remuneração por participação em comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
c.ii. Remuneração variável	-	1.000.000,00	-	1.000.000,00
Bônus	-	1.000.000,00	-	1.000.000,00
Participação nos resultados	-	-	-	-
Remuneração por participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
c.iii. Benefícios pós-emprego	-	-	-	-

c.iv. Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
c.v. Remuneração baseada em ações	-	-	-	-
d. Valor da remuneração por cada Órgão	-	-	-	-
e. Total da remuneração dos Órgãos	900.000,00	3.200.000,00	250.000,00	4.350.000,00

(\*\*) As tabelas acima, não incluem os encargos e provisões legais.

**13.3.** Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

<b>Remuneração reconhecida no resultado do exercício de 2009 (R\$)</b>				
<b>a. Órgão</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
b. Número de Membros	9	7	5	21
c. Em relação ao Bônus:	-	480.679,04	10.750,00	491.429,04
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social.	-	480.679,04	10.750,00	491.429,04
d. Em relação à participação no resultado:	-	-	-	-
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	-	-	-	-

<b>Remuneração reconhecida no resultado do exercício de 2010 (R\$)</b>				
<b>a. Órgão</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
b. Número de Membros	9	7	5	21
c. Em relação ao Bônus:	-	846.877,76	12.000,00	858.877,76
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	846.877,76	12.000,00	858.877,76
d. Em relação à participação no resultado:	-	-	-	-
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas	-	-	-	-

estabelecidas fossem atingidas				
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	-	-	-	-

(\*) A remuneração variável prevista para o exercício de 2010, não foi integralmente realizada pois alguns integrantes da administração não receberam remuneração da Companhia.

Remuneração prevista para o exercício social de 2011 (R\$)				
a. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b. Número de Membros	9	7	5	21
c. Em relação ao Bônus:	-	1.000.000,00	-	1.000.000,00
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	-	-	-
d. Em relação à participação no resultado:	-	-	-	-
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	-	-	-	-

(\*\*) As tabelas acima, não incluem os encargos e provisões legais.

**13.4.** Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

**Resposta:** Não aplicável em razão da Companhia não possuir plano de remuneração baseado em ações.

**13.5.** Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social

Ações detidas pelos Administradores em 31/12/2010.						
Órgão	Conselho de Administração		Conselho Fiscal		Diretoria Estatutária	
	Companhia	ON	05	ON	0	ON
	PN "A"	06	PN "A"	0	PN "A"	01
Controlador Direto QMRA Participações S.A	ON	03	ON	0	ON	01
Controlador Indireto Rede Energia S.A	ON	141.501	ON	15	ON	04
	PN	766	PN	15	PN	0

**13.6.** Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

**Resposta:** Não aplicável em razão da Companhia não possuir plano de remuneração baseado em ações.

**13.7.** Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

**Resposta:** Não aplicável em razão da Companhia não possuir plano de remuneração baseado em ações.

**13.8.** Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria

estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

**Resposta:** Não aplicável em razão da Companhia não possuir plano de remuneração baseado em ações.

**13.9.** Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

**Resposta:** Não aplicável em razão da Companhia não possuir plano de remuneração baseado em ações.

**13.10.** Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

Planos de Previdência em Vigor			
a. Órgão	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária
b. N. Membros	-	-	03
c. Nome do Plano	-	-	Plano de Benefícios Celpa Op e plano de Benefícios R
d. Quantidade de Administradores que reúnem as condições para se aposentar	-	-	-
e. condições para se aposentar antecipadamente	-	-	-
f. valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	-	-	38.230,53
g. valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	-	-	10.311,20



h. se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	-	-	Desligamento
---	---	---	--------------

**13.11.** Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

**Em relação ao Exercício de 2009 (Valores Anuais):**

**Conselho de Administração**

Nº Membros	Valor da Maior Remuneração Individual	Valor da Menor Remuneração Individual	Valor Médio de Remuneração Individual
9	36.000,00	36.000,00	36.000,00

**Diretoria Estatutária**

Nº Membros	Valor da Maior Remuneração Individual	Valor da Menor Remuneração Individual	Valor Médio de Remuneração Individual
7 (*)	396.000,00	60.000,00	228.000,00

(\*) São 6 membros em exercício e um cargo vago.

**Conselho Fiscal**

Nº Membros	Valor da Maior Remuneração Individual	Valor da Menor Remuneração Individual	Valor Médio de Remuneração Individual
5	25.800,00	25.800,00	25.800,00

**Em relação ao Exercício de 2010 (Valores Anuais):**

**Conselho de Administração**

Nº Membros	Valor da Maior Remuneração Individual	Valor da Menor Remuneração Individual	Valor Médio de Remuneração Individual
9	84.000,00	84.000,00	84.000,00

### Diretoria Estatutária

Nº Membros	Valor da Maior Remuneração Individual	Valor da Menor Remuneração Individual	Valor Médio de Remuneração Individual
7	480.000,00	240.000,00	360.000,00

### Conselho Fiscal

Nº Membros	Valor da Maior Remuneração Individual	Valor da Menor Remuneração Individual	Valor Médio de Remuneração Individual
5	36.000,00	36.000,00	36.000,00

**Em relação à Proposta para o Exercício de 2011 (Valores Anuais):**

### Conselho de Administração

Nº Membros	Valor da Maior Remuneração Individual	Valor da Menor Remuneração Individual	Valor Médio de Remuneração Individual
9	84.000,00	84.000,00	84.000,00

### Diretoria Estatutária

Nº Membros	Valor da Maior Remuneração Individual	Valor da Menor Remuneração Individual	Valor Médio de Remuneração Individual
7	480.000,00	240.000,00	340.000,00

### Conselho Fiscal

Nº Membros	Valor da Maior Remuneração Individual	Valor da Menor Remuneração Individual	Valor Médio de Remuneração Individual
5	36.000,00	36.000,00	36.000,00

**13.12.** Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os

administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor.

**Resposta:** Não aplicável.

**13.13.** Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

Exercício de 2009 (R\$ mil)			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Percentual da Remuneração Total	11,96%	82,39%	5.65%

Exercício de 2010 (R\$ mil)			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Percentual da Remuneração Total	14,13%	81,08%5	4,79%

**13.14.** Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.

**Resposta:** Não aplicável.

**13.15.** Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos.

**Remuneração reconhecida no resultado de controladores e sociedade sob controle comum do exercício de 2009 (R\$)**

<b>Controladora</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
<b>REDE</b>				
Remuneração Global	306.000,00	-	18.000,00	324.000,00

<b>Empresa sob controle da REDE</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
<b>CEMAT</b>				
Remuneração Global	420.000,00	-	92.520,00	512.520,00

<b>Empresa sob controle da REDE</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
<b>ENERSUL</b>				
Remuneração Global	108.000,00	1.080.000,00	-	1.188.000,00

**Remuneração reconhecida no resultado de controladores e sociedade sob controle comum do exercício de 2010 (R\$)**

<b>Controladora</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
<b>REDE</b>				
Remuneração Global	306.000,00	160.000,00	30.000,00	496.000,00

<b>Empresa sob controle da REDE</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
<b>CEMAT</b>				
Remuneração Global	336.000,00	520.000,00	72.000,00	928.000,00

<b>Empresa sob controle da REDE</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
<b>ENERSUL</b>				
Remuneração Global	72.000,00	1.180.000,00	-	1.252.000,00

**13.16.** Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.

**Resposta:** Não aplicável.